



CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

SELIDALVA GONÇALVES DE QUEIROZ

**ASA BRANCA, O VOO QUE NÃO SE ACABA: a migração de jovens da
Comunidade de Maria Preta/Teofilândia-Ba e os desafios para a Educação
do Campo.**

Amargosa-Ba

2015

SELIDALVA GONÇALVES DE QUEIROZ

ASA BRANCA, O VOO QUE NÃO SE ACABA: a migração de jovens da Comunidade de Maria Preta/Teofilândia-Ba e os desafios para a Educação do Campo.

Relatório de pesquisa apresentado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Amargosa-Ba

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

Q384a

Queiroz, Selidalva Gonçalves de.

Asa Branca, o vôo que não se acaba: a migração de jovens da comunidade de Maria Preta/Teofilândia-BA e os desafios para a Educação do Campo. / Selidalva Gonçalves de Queiroz. – Amargosa, BA, 2015.

53f.; il.color.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Relatório de pesquisa (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2015.

Bibliografia: fls. 50-53.

Inclui Apêndice

1. Educação do Campo. 2. Sociologia rural. 3. Migração. 4. Trabalho.
I. Givigi, Ana Cristina Nascimento. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

SELIDALVA GONÇALVES DE QUEIROZ

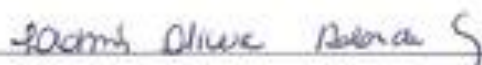
ASA BRANCA, O VOO QUE NÃO SE ACABA: a migração de jovens da Comunidade de Maria Preta/Teofilândia-Ba e os desafios para a Educação do Campo.

Amargosa, 25 de março de 2015.

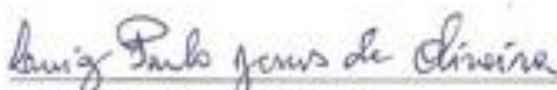
BANCA DE EXAMINADORA



Ana Cristina Nascimento Givigi – Orientadora
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante
Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.
Universidade Estadual de Feira de Santana.



Luiz Paulo Jesus de Oliveira
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Hoje em dia, a comunidade ficou... não deserta, mas sem movimento. Tipo, não tem mais futebol, não tem mais som, aqueles jovens reunidos pra conversar, pra se divertir, você não encontra mais isso. Pode encontrar, mas é difícil. Pode encontrar na época do São João ou em dezembro que é a época que eles chegam de viagem, aí se reúnem [...] A partir de fevereiro, você não encontra ninguém, a maioria dos jovens estão fora, viajando.

(Depoimento de Júnior, no registro fílmico).

Dedico este trabalho a todos os povos do campo, especialmente, aos Jovens da Comunidade de Maria Preta, Teofilândia/Bahia.

AGRADECIMENTO

A peleja ao longo destes dois anos foi intensa e compartilhada com as pessoas que me rodeiam, desde o ingresso à conclusão do mestrado.

Meus agradecimentos a todos/as que, com dedicação, amizade ou pelo simples convívio e respeito, me ajudaram chegar até aqui. Especialmente agradeço aos jovens da Comunidade de Maria Preta Roberto Júnior, Naiara Trindade, Ismael Santana, Deisane Araújo, Gilmara Santos, a Dona Helena, Rita, Senhor Antônio e Feliciano Pereira, por reservarem em um tempo de suas vidas para estas discussões.

Aos meus, como chamo carinhosamente minha família, em especial a Isaías Gonçalves, filho amado e ao meu companheiro de todas as horas Jorge Souza, por entenderem com muita sabedoria este momento de travessia.

À minha Mãe Vitória Gonçalves, a quem reservo o meu coração! Dela extraio toda inspiração de fortaleza e exemplo de vida!

Aos meus irmãos José Élon Gonçalves e Susana Gonçalves por encararem comigo a empreitada de filmagem e edição do Registro Fílmico, transformando as noites em dias, com muito compromisso e dedicação à pesquisa.

A Márcia Batista, por ter me acolhido em sua casa e compartilhado todos os momentos de aprendizagens ao longo destes dois anos.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Cristina Givigi, por ter enfrentado essa empreitada comigo, me auxiliando e orientado nas discussões teóricas.

À banca Prof^a Dr^a Ludmila Cavalcante pelo auxílio nos momentos de incertezas, pela valorização de minha trajetória e ao Prof^o Dr^o Luís Paulo Oliveira, por ter reservado tempo para a leitura da minha escrita e ter contribuído imensamente na indicação de textos para qualificar a pesquisa.

RESUMO

É recente o interesse dos pesquisadores sobre o universo juvenil, sobretudo do campo e de comunidades rurais que têm outras formas de organização social que não são os movimentos sociais. O empenho em realizar este estudo foi construído a partir da necessidade de ampliar o debate em torno das juventudes do campo, especialmente, aquelas que não se vinculam a grupos organizados e/ou a movimentos sociais, mas que estão na roça, lá vivem e de lá migram (ou não) e, como este contexto deixa questões ao projeto de Educação do Campo que se importa em produzir sujeitos do campo. Esta pesquisa tem como objetivo principal problematizar as condições de migração de jovens da Comunidade de Maria Preta e sua relação com um projeto de Educação do Campo, através de um Registro Fílmico, discutir as condições políticas da migração de jovens do campo da Comunidade de Maria Preta, situada no município de Teofilândia/Bahia, para o centro urbano de Florianópolis/ SC e suas relações com um projeto de Educação do Campo. Incitados pela poesia trágica da Asa Branca, os jovens nos perguntam: e agora para onde vamos? Embora compreendendo que esta pesquisa não esgota o debate sobre esta temática, buscamos compreender como o projeto da Educação do Campo se relaciona com estes sujeitos e quais questões estão colocadas a ele a partir desta pesquisa. Com base na abordagem qualitativa, na utilização do grupo focal e de entrevistas semiestruturadas, os jovens apontam o trabalho como alternativa de permanência e/ou retorno para os que já migraram. Porém, dentro das atividades citadas, o trabalho na agricultura ou atividades similares ao campo não foram citadas. Ora, enquanto os aparentes valores desenvolvidos pelo consumo estiverem relacionados ao trabalho urbano e/ou este for o espaço valorizado para a sociabilidade juvenil, o trabalho nos centros será mais apazível que as condições sociais no campo. A dicotomia entre campo atrasado e centro desenvolvido sustenta-se na ausência da discussão da generalização do trabalho capitalista como forma de sociabilidade alienada-estranhada, seja no campo, seja na cidade. A não compreensão da função da terra e da indústria no capitalismo, especialmente no capitalismo brasileiro, marcado por acordos conservadores, faz com que os jovens optem por aquilo que se lhes apresenta como ‘menos pior’. Trata-se de opção na contingência, portanto em condições totalmente degradadas politicamente para construção da opinião e da escolha. Outro fator apontado pela pesquisa é o consumo, ou seja, pensar como as condições do processo de migração são construídas a partir de uma perspectiva de valores que tem o consumo como fator importante. Portanto, a construção do Registro Fílmico, não tem a intenção de oferecer respostas, mas indica arestas e pistas para as perguntas que nortearão respostas dos sujeitos que formam-se nos processos de luta. Ele toma os depoimentos como o início de um debate que deve ser feito ‘para fora’ do vídeo, para depois dele, onde os que irão escrevê-lo serão estes, cujos interesses devem estar problematizados na Educação do Campo.

Palavras-chaves: Juventudes do Campo; Migração; Trabalho; Educação do Campo.

LISTA DE TABELAS

TABELA N° 01: Composição do grupo focal.	17
TABELA N° 02: Perfil dos jovens presentes no grupo focal.	20
TABELA N° 03: Migração dos jovens do grupo focal.	22
TABELA N° 04: Perfil migratório dos jovens da comunidade de Maria Preta.	32
TABELA N° 05: Condição de trabalho em Florianópolis.	36

LISTA DE SIGLAS

PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
SEPLAN	Secretaria de Desenvolvimento do Estado da Bahia
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CEB'S	Comunidades Eclesiais de Base

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO E DO CAMPO	13
1.2 ABORDAGEM E OS SUJEITOS	16
1.2 IMPLICAÇÕES PESSOAIS E PROFISSIONAIS E AS RELEVÂNCIAS SOCIAIS.	24
2. MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA/BAHIA: UM RECORTE DO CAMPO BAIANO	26
2.1 TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE DE MARIA PRETA/TEOFILÂNDIA	31
3 OS JOVENS DA COMUNIDADE DE MARIA PRETA/TEOFILÂNDIA/BA.	35
4. POR QUE MIGRAM, POR QUE VOLTAM: A ASA BRANCA, O VOO QUE NÃO SE ACABA.	41
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	57
1. ROTEIRO DO GRUPO FOCAL	58
2. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	59
3. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	60
4. TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS	62
5. ROTEIRO SIMPLIFICADO DO DOCUMENTÁRIO	63

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo tem sua origem nos movimentos sociais do campo, que demandaram (e demandam) uma política agrária e educacional vinculada a um projeto societário que defende “às questões de trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao combate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e formação humana” (CALDART, 2012, p. 257).

Apesar de não ser nova a realidade que produz e caracteriza a Educação do Campo, a dimensão política e a mobilização nacional da década de 90 do século XX, inaugura um cenário que marca e afirma novas formas de enfrentamento, avança no debate teórico que contrapõe-se à Educação Rural e insere os povos do campo na construção de um projeto societário em sintonia com as lutas e pautas demarcadas por nós.

Deste modo, a “Educação do Campo é uma prática fundamental de reinvenção social, pois ela questiona os dispositivos utilizados para manter a desigualdade e a exclusão, e ainda reinventa novas formas de intervenção” (MOLINA; JESUS, p. 63, 2004). Um movimento político que toma o próprio campo para “pensar de forma crítica e propositiva a vida” (MOLINA; JESUS, 2004, p. 63). Sua origem fundamenta-se, então, na inconformidade dos sujeitos frente a um projeto de campo que, de forma perversa, tem expulsado milhares de trabalhadores de suas terras, migrando para os grandes centros urbanos.

Neste sentido, buscamos contribuir com este movimento de enfrentamento aos modos de produção capitalista de produzir a vida que afeta e altera as inúmeras produções e culturas produzidas e vivenciadas no campo brasileiro. A migração de jovens tem sido uma das consequências às mudanças e crises da realidade instalada no campo, que arremessa estes sujeitos à procura de outros espaços para viverem. As mobilidades dos jovens da Comunidade de Maria Preta, do município de Teofilândia/BA, sujeitos deste trabalho, que embasa um registro fílmico, ampliam este debate, discutindo os motivos que os levam/levaram a migrar/migrarem para os centros urbanos, preferencialmente para Florianópolis/Santa Catarina e nos mostra o sentido de sua relação com o campo. Com isso, pudemos problematizar algumas das questões do campo brasileiro, alcançando as perspectivas da juventude que encena e desafia o projeto de educação do campo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO E DO CAMPO.

Este trabalho de pesquisa cujo efeito e intenção é embasar a elaboração do produto final, um registro fílmico, e entregue como conclusão do mestrado profissional em educação do campo é integrante da linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, do Programa de Pós – Graduação em Educação do Campo, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Buscamos investigar os motivos que tem levado os jovens da Comunidade¹ de Maria Preta, Teofilândia/Bahia, a migrarem para Florianópolis/SC, discutindo a partir das seguintes questões norteadoras: O que tem motivado os jovens da Comunidade de Maria Preta a migrarem para Florianópolis/ Santa Catarina? Quais são as expectativas destes jovens frente a esta migração? Os Jovens da Comunidade de Maria Preta apresentam interesse para o trabalho no campo e ou questões identificadas como as do povo camponês? Quais são as condições de vida enfrentadas por estes jovens em Florianópolis/Santa Catarina? Estes pretendem voltar para a comunidade?

A gênese desta migração fundamenta-se na realização de missões da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Gideões Missionários, que possui dois templos na Comunidade de Maria Preta. As missões são atividades que promovem o intercâmbio da Igreja com igrejas e/ou população de outros estados/cidades/países, com o objetivo de fortalecer o trabalho de divulgação e expansão dos trabalhos e atividades e/ou evangelização, como é chamado. A ida de algumas lideranças da Igreja para Florianópolis, em 1996, possibilitou o diagnóstico positivo de que a cidade era um lugar fértil para o trabalho e emprego, essencialmente em construção civil.

A Comunidade de Maria Preta possui aproximadamente 280 famílias (QUEIROZ, 2011). Esta comunidade representa um número significativo na população do município de Teofilândia, que é composta por 21.482 habitantes, sendo que 14.790 moram no campo, de acordo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010). Teofilândia está inserida no perímetro do semiárido baiano, especificamente no Território do Sisal, área que abrange 20 municípios no interior da Bahia, lugar de expressivo cultivo do sisal, que fica à aproximadamente 200 km de Salvador.

¹ Para uma leitura aprofundada sobre o conceito de comunidade sugerimos o autor Ferdinand Tonnies(1947)

O produto deste trabalho em tela é a construção de um registro fílmico que problematize, por meio dos próprios jovens, as condições políticas da migração de jovens do campo para o centro e, a partir daí pensarmos as relações disso com um projeto de educação do campo. Para materializar a intencionalidade deste registro, realizamos esta pesquisa, estabelecemos objetivos intermediários que estarão discutidos no registro fílmico e neste trabalho de pesquisa, entre os quais se destacam:

- Registrar os depoimentos dos jovens da Comunidade de Maria Preta e representantes, sobre a trajetória da Comunidade, sua inserção no processo migratório para Florianópolis/Santa Catarina e as concepções dos jovens frente às implicações de ser jovem no campo brasileiro.
- Discutir a trajetória histórica da Comunidade de Maria Preta e a inserção dos jovens no processo migratório para Florianópolis/SC, relacionando depoimentos sobre a migração em 1956 e em 2015.
- Identificar os motivos que levam os jovens da comunidade de Maria Preta a migrarem para Florianópolis/ Santa Catarina;
- Discutir, usando o filme em espaços posteriores à apresentação deste, em que medida o projeto da Educação do Campo, que deflagra um debate assertivo sobre um projeto societário com base na justiça social, tem inserido os jovens que vivem no campo, desvinculados de movimentos sociais organizados e sido, para eles, alternativa de vida no campo.

A escolha por produzir um “Registro Fílmico” é fundamentada pela necessidade de inserir no debate nacional um recorte do campo brasileiro constituído por uma comunidade rural que organiza sua vida em torno do trabalho na agricultura, associações, escolas, igrejas e por jovens que não participam organizadamente dos movimentos sociais, a exemplo da Pastoral da Juventude, Grupos de Jovens, Pastoral da Juventude Rural, entre outros, que deflagram um debate assertivo a um projeto societário com base na justiça social.

Esse registro não pretende finalizar o debate (pelo contrário, o registro é um meio de realizar e motivar), mas indicar arestas para que ele se faça, a partir daí. Indicamos que os autores do debate são aqueles que vivem a questão, assim escolhemos depoimentos a partir do roteiro, por meio dos quais se pode passar da experiência, do reconhecimento de cada um deles na história, ao debate. Por meio do registro fílmico queremos trazer questões, abrir porosidades na Educação do Campo para observação das vivências de jovens que estiveram

(estão) no campo, mas que não conseguem encontrar seu lugar neste projeto, migrando para as cidades, onde vivem em situação, às vezes, degradante.

Produzido por professores da Escola Municipal Ana Oliveira (escola do campo onde os jovens da Comunidade de Maria Preta estudaram o ensino fundamental), representantes (pais, mães, pastores, professores,...) da Comunidade de Maria Preta (local da pesquisa), jovens participantes e pela autora da pesquisa, este Registro será disponibilizado nas bibliotecas e escolas do município de Teofilândia/Bahia e a quem mais interessar, com o propósito de servir de apoio pedagógico no que diz respeito aos estudos que abordem formação de comunidades, juventude, trabalho, migração, além de outros elementos que julgarem necessários e que estão presentes neste trabalho. Além destes espaços, será divulgado nas redes sociais, com a intenção que estas discussões cheguem a espaços políticos, de tomada de decisões, de modo que esta realidade campesina possa ser ecoada nas políticas públicas para o Campo e para a Juventude do Campo brasileiro, que se perfilam à realidade da Comunidade de Maria Preta, Teofilândia/Bahia.

“Asa Branca, o voo que não se acaba” foi o título escolhido para o Registro Fílmico deste trabalho. Além de fazer memória aos clássicos da música nordestina, Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, Asa Branca é uma descrição poética e política da migração do sertanejo na década de 50, para os grandes centros urbanos, hoje representada pelos jovens da comunidade de Maria Preta/Teofilândia/BA.

Adotamos uma perspectiva crítica para análise das categorias escutadas e posterior fio condutor das entrevistas e registros, pois entendemos que esta possibilita a apreensão da realidade a partir de elementos históricos conjunturais e apresenta uma visão de mundo e interpretação social que procura identificar a ação humana, apontando para a transformação desejada que, neste trabalho, entende-se como peça paradigmática para discussões que instrumentalize o enfrentamento ao modo de produção capitalista.

1.2 ABORDAGEM E OS SUJEITOS

Discutiremos com base em um projeto de sociedade que transpõe o limite da ciência positivista, que não considera a dialética, as determinações históricas e os contornos metodológicos e políticos fundantes para se fazer ciência (ROLO; RAMOS, 2012).

Utilizamos a abordagem qualitativa, pois oportunizou a interpretação da realidade por se preocupar com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis” (MINAYO, 2007, p. 21). A pesquisa de abordagem qualitativa favorece o estudo aprofundado do objeto, discute a complexidade intrínseca nas relações, e percebe as contradições dos fatos observados. É importante que mesmo quando são utilizados instrumentos para coleta de dados sejam essencialmente subjetivas, a exemplo de depoimentos, entrevistas, observações, é importante que expressemos os resultados através de números (ANDRÉ; LUDKE, 1986).

A coleta de dados deu-se através de grupo focal e entrevistas semiestruturadas. Sobre o grupo focal Berthoud (2004, p.45) considera como um “método de pesquisa qualificativa que se baseia nas discussões grupais para coletar dados a respeito de um tópico predeterminado pelo pesquisador”.

Este instrumento revelou-se importante nesta pesquisa, pois possibilitou a construção de ricas conexões que são feitas pelo próprio grupo sobre suas ideias, sentimentos e impressões acerca do tema proposto pela pesquisadora. Pudemos observar, essencialmente, as semelhanças e diferenças através das reações que surgem no grupo e da interação entre os participantes que questionam os próprios participantes e são questionados reciprocamente, sendo oportunizados a crescer e amadurecer as suas opiniões em torno da temática abordada a partir do debate. Dessa forma, o grupo focal é “(...) acima de tudo uma conversa a dois, ou com vários locutores, realizada por iniciativa do entrevistador” (MINAYO, 2007, p. 64).

Para a constituição do grupo, convidamos 8 (oito) jovens: 2 (dois) que já tinham migrado e que estavam de férias na comunidade, 2 (dois) que já tinham migrado e retornaram, 2 (dois) que não pretendiam migrar e 2 (dois) que já planejavam a migração (ver tabela a baixo).

TABELA Nº 01: COMPOSIÇÃO DO GRUPO FOCAL	
Quant ^a	Descrição
02	Tinham migrado e que estavam de férias na comunidade
02	Tinham migrado e retornaram para a comunidade
02	Não pretendiam viajar
02	Planejavam a migração

Este universo diverso ofereceu uma gama de informações que potencializa o debate. Estes jovens de comunidades rurais têm sido pouco abordados nos trabalhos acadêmicos, pois há uma incidência maior de pesquisa que discutem sobre os jovens das Escolas Famílias Agrícolas, engajados em movimentos sociais a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sindicatos, associações, entre outros segmentos que garantem a participação coletiva destes sujeitos. Contudo, estes são a maioria de jovens que constituem as comunidades do campo, trazendo desafios à discussão da permanência de jovens no campo e, por conseguinte à educação do campo. Como afirma Queiroz (2011),

[...] tratamos de jovens do campo que possuem uma trajetória de vida e perspectivas futuras desprovidas de organização social; são jovens distantes de movimentos sociais organizados da luta pela terra e de organização sócio-educativas voltadas para o desenvolvimento do campo (QUEIROZ, 2011, p.52).

É recente o interesse dos pesquisadores sobre o universo juvenil, sobretudo do campo e de comunidades rurais, que tem outras formas de organização social que não são os movimentos já citados, sendo muito limitada a bibliografia disponível. Não estamos dizendo com isso que estes jovens não se vinculam a grupos quaisquer, mas que não se formam politicamente junto aos movimentos camponeses e/ou comunitários. Neste contexto, é importante destacar, algumas produções acadêmicas de vinculação nacional, que discutem a categoria juventude. A intenção desta busca é construir o debate em torno dos objetivos desta pesquisa.

Na obra organizada por Abramo e Branco (2005), tendo sua segunda reimpressão em 2011, traz no título “Relatos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional”, dos

14 artigos discutidos, apenas 01 traz a realidade do jovem do campo da autora Maria José Carneiro. É uma obra composta por 14 artigos, que abordam desde o trabalho, cultura, sexualidade, religião, drogas, entre outros, porém apenas um artigo, de Carneiro (2005), discute a juventude rural, conceito utilizado pela sociologia e antropologia.

Outra obra analisada foi “O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social” - Volume 1 e 2, organizado por Sposito (1999 - 2006). Este livro reúne estudos na área de Educação e de Ciências sociais, a partir de dissertações e teses sobre o jovem brasileiro. A nosso ver, estes estudos, não se reportam às possíveis especificidades dos jovens do campo, e suas abordagem e categorias se assemelham aos estudos citados anteriormente.

Existem autores que centram o debate nas categorias Educação e/ou Trabalho em diversas abordagens teóricas, a exemplo de Pochamann (2004), Frigoto (2004), Oliveira (2013). Apesar de serem pesquisas que trazem uma discussão filosófica profunda, não voltar suas análises para a juventude do campo brasileiro. Entretanto, Castro e Carneiro (2007), no livro “Juventude Rural em Perspectiva”, organizam artigos frutos de pesquisas que debatem juventude do campo, mas com maior ênfase às inseridas em movimentos sociais organizados, especialmente àqueles de luta pela terra, organizados em assentamentos, acampamentos, entre outros.

Outras pesquisas foram encontradas, a exemplo da pesquisadora Queiroz (2011), da Universidade Federal de Sergipe, que apresenta-nos uma pesquisa intitulada “Jovens do Campo baiano: o lugar da escolarização e do trabalho nas trajetórias e projetos futuros”. Segundo a autora, esta pesquisa “surgiu da necessidade de ampliar as investigações acerca da juventude do campo brasileiro, especialmente da região Nordeste” (QUEIROZ, 2011, p. 09). Referência do nosso trabalho, a autora pesquisou em comunidades rurais e jovens rurais que não fazem parte dos movimentos sociais organizados, como a Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Rural, Escolas Famílias Agrícolas, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dentre outros, os quais caracterizaremos melhor ao longo do texto.

O que nos incomoda são as questões colocadas ao campo baiano diante da vivência de muitos jovens que não se vinculam a grupos organizados e/ou a movimentos sociais, mas que estão na roça, lá vivem e de lá migram (ou não) e, como este contexto deixa questões a um projeto de Educação do Campo que se importa em produzir sujeitos do campo. Ou seja, se o

projeto entende que a assunção à sujeitos de direito se faz na luta, como este projeto se relaciona com esta população? Que questões estão colocadas a eles a partir deste trabalho?

O município de Teofilândia/Bahia, na década de 90 do século XX, foi espaço de um grande avanço nos processos de organização das comunidades, a partir do trabalho pastoral da Igreja Católica, que tinha um viés político dentro dos debates e espaços formativos. Nascidos posteriormente a este período, estes jovens não participaram do processo de reestruturação das comunidades do campo e da cidade. A Pastoral da Juventude e Social eram destaques anteriormente. Grupos de Jovens formaram-se e espalharam-se pelas comunidades com participação ativa na vida política do município, força expressiva na organização de passeatas (grito dos excluídos), missões, encontros paroquiais, diocesanos, além da edição de jornais comunitários com denúncias sobre a gestão pública municipal e análise da conjuntura política do país. Uma formação política dentro da igreja para além da religião, para além de si mesma.

A atuação dos jovens neste período e os impactos no município nos ajudam a pensar e fazer dos movimentos sociais um lugar de intenso desenvolvimento humano, entender a atuação dos coletivos que têm essencialmente na história e na política componentes centrais de formação e um lugar de compreensão das contradições da sociedade capitalista, sobretudo, um espaço de construção de forças e de enfrentamento ao capital. Conforme afirma Castro (2008, p.14): “A participação desses jovens em movimentos sociais e principalmente em organizações de juventudes aponta para um processo de consolidação de um ator político: a juventude”.

Esta mobilização local da juventude em Teofilândia/BA corresponde ao mesmo período da criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), contexto em que Castro (2008, p. 01) considera fértil para o surgimento da identidade social da juventude.

[...] entidade (*referindo-se ao PNRA*) que tem impulsionando jovens, que tem se preocupado com esta questão, se configurando uma geração que se percebe dentro de uma classe ou grupo de pessoas que enfrenta o espaço rural enquanto um lugar de conflitos, desigualdades, que ainda tão distante do acesso de bens e serviços e um mundo rural distante de uma reforma agrária (grifos nossos).

Como resultados, são revelados cenários complexos de construção de categorias e identidades: “juventude do campo”, “jovens da roça”, “juventude rural”, “camponeses”, (CASTRO, 2010) emergindo atores sociais que exigem uma atuação política. São pessoas

“que experimentam cotidianamente, a desigualdade do campo brasileiro, como resposta, se posicionam contrários ao “esvaziamento do campo”, se organizam na luta por mudanças sociais e na busca de novas utopias” (CASTRO, 2008, p 14).

Os jovens que estão contribuindo com esta pesquisa não participaram deste tempo de mobilização, cronologicamente comprovado, haja visto que neste período eram crianças, tinham poucos anos de vida e outros sequer tinham nascido. Contudo, integram as comunidades e constituem a realidade paradoxal do campo brasileiro, que possui características específicas e comuns- não excluindo daí possíveis interesses divergentes e diferentes a um coletivo de jovens do campo, desfavorecidos por políticas efetivas e que criam condições para materializarem seus projetos de vida, segundo as demandas e manobras do capital. A migração para eles, por vezes, torna-se a única possibilidade de concretude destes projetos de vida, muito atrelado ao desejo de conquistar a “autonomia financeira”, conforme esta pesquisa.

Os jovens participantes da pesquisa, já mencionados neste trabalho, foram convidados a participar do primeiro encontro do grupo focal, em 26 de junho de 2013, na Escola Pregídio Pereira, Comunidade de Maria Preta. Esta data foi escolhida com a intenção de alcançar os jovens que já migraram para Santa Catarina e estavam gozando das férias na comunidade. Porém, estes últimos, os que estavam de férias, não comparecerem como podemos observar na caracterização do quadro abaixo:

TABELA 02: PERFIL DOS JOVENS PRESENTES NO GRUPO FOCAL/2013

JOVENS	IDADE	GÊNERO	ESCOLARIDADE	PROCESSOS MIGRATÓRIOS
Gil	16 anos	Feminino	2º ano do ensino médio	Nunca migrou
Junior	16 anos	Masculino	2º ano do ensino médio	Nunca migrou, mas pretende.
Doda	16 anos	Masculino	2º ano do ensino médio	Nunca migrou, mas pretende.
Deise	16 anos	Feminino	8º ano do Ensino Fundamental	Já migrou e pretende voltar para Florianópolis/SC.
Bigu	18 anos	Masculino	8º ano do Ensino Fundamental	Já migrou e pretende voltar para Florianópolis/SC.

O objetivo deste momento, além de explicar a proposta do trabalho e a construção do produto, foi iniciar o debate em torno das expectativas e das experiências dos jovens frente ao processo migratório.

A criação de um blog foi a proposta de produto inicial para este trabalho, inserida ainda no projeto de seleção para o mestrado em Educação do Campo/UFRB, em 2013. Confiávamos que, colocar os jovens da Comunidade de Maria Preta para experimentar esta ferramenta digital, poderia produzir visibilidade de seus enfrentamentos de ser jovem do campo, em efetivo diálogo entre as experiências locais e a realidade do campo brasileiro. Esta ferramenta poderia ser também um aporte de consulta que ajudasse no diálogo e na intervenção nos processos de elaboração das políticas sociais para os jovens do campo.

Entretanto, no decorrer do processo, especialmente após uma oficina realizada para conhecimento da estrutura, manutenção e designer de blogs, realizados na Escola Ana Oliveira, situada no Povoado de Socavão, Teofilândia/BA, o grupo expôs a pouca utilização desta ferramenta por eles, sugerindo como alternativa um “registro fílmico” com relatos da comunidade sobre a origem, o processo migratório para Florianópolis, depoimentos dos jovens. Acreditava que isto teria um impacto interessante e ampliaria a visibilidade da comunidade nas redes sociais com a divulgação em ferramentas mais acessíveis ao grupo, a exemplo facebook. Dito isso, acordamos a viabilidade e legitimidade da mudança de produto, que também foi apreciado pela banca de qualificação.

Para este Registro, destacamos as narrativas de vida de jovens do campo da Comunidade de Maria Preta, suas expectativas e movimentações em torno da migração para Florianópolis/SC. Estes apresentam-se como jovens rurais que buscam melhores condições de vida e oportunidades de trabalho migrando para Florianópolis/Santa Catarina. Suas movimentações e migrações complexificam o sentido de pertencimento ao campo e implicam em desafios à Educação do Campo – projeto comprometido com o espaço campestre –, posto que as especificidades são ressaltadas na composição identitária, etnia, gênero, sexualidade e classe. Eles falam de suas vidas, dos motivos de suas idas e vindas, das ofertas e oportunidades no campo e questionam a ausência de espaços juvenis, de políticas públicas e de vida na zona rural.

O roteiro foi construído a partir da história da comunidade, da representação do Senhor Pregídio Pereira para a comunidade, da inserção dos jovens no processo migratório

para Florianópolis/SC e de depoimentos sobre as expectativas e a rotina dos jovens que já migraram e estavam passando o recesso do final do ano na comunidade com os familiares.

De acordo às informações fornecidas nas redes sociais pelos próprios jovens e na comunidade, a chegada deles à comunidade de Maria Preta foi anunciada para meados de dezembro de 2015; uns vieram de avião; outros de carro próprio e outros ainda de ônibus. Estes últimos foram os que conseguimos fazer um acompanhamento com filmagens para edição do Registro Fílmico denominado “A Asa Branca: o voo que não se acaba”.

As alterações no percurso da pesquisa não se restringem apenas ao produto, mas também pelo processo migratório já “naturalizado” (portanto, merece ser discutido e ‘desnaturalizado’) na comunidade para Santa Catarina. Conforme mostra no quadro 02 a seguir, ao longo de 10 meses, esta realidade foi totalmente alterada, mesmo para aqueles que não cogitavam a possibilidade de migrar.

TABELA 03: MIGRAÇÃO DOS JOVENS DO GRUPO FOCAL/2014

JOVENS	IDADE	PROCESSOS MIGRATÓRIOS	
		INICIO DA PESQUISA	FINAL DA PESQUISA
Gil	17 anos	Nunca migrou.	Em Santa Catarina
Junior	17 anos	Nunca migrou, mas pretende.	Em Santa Catarina
Doda	17 anos	Nunca migrou, mas pretende.	Em Rio de Janeiro.
Deise	17 anos	Já migrou e pretende voltar para Florianópolis/SC.	Em Santa Catarina
Bigu	19 anos	Já migrou e pretende voltar para Florianópolis/SC.	Em Santa Catarina

Todos, sem exceção, foram para Florianópolis/SC. Este comportamento denuncia a ausência de políticas que assegurem a permanência dos jovens no campo, ou no mínimo, o tratamento inadequado a possíveis interesses juvenis. Preocupamo-nos também com a invisibilização deste tipo de jovens (organicamente desvinculados a projetos políticos coletivos) e com a negatização de seus interesses, sob pena de deixarmos de problematizar questões de interesse da juventude e que poderiam apontar novos trabalhos à educação do campo. Como trataremos no próximo texto, decidir “ficar ou sair” da comunidade, do campo “é mais complexo do que a leitura da atração pela cidade e nos remete à análise de juventude

como uma categoria social-chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo, e para a qual a educação do campo tornou - se uma questão estratégica” (CASTRO, 2012, p. 442).

Com este novo dado apontado pela pesquisa, a migração de todos os jovens participantes da pesquisa, emergiu a necessidade de intensificação nos estudos das categorias principais pouco discutidas no grupo focal: trabalho, juventude e cultura. Avançamos para a aplicação de uma entrevista semiestruturada, ainda perseguindo o mesmo grupo que ora está em Santa Catarina. Segundo Triviños (2012, p.152)

[...] a entrevista semi-estruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisado e, ao mesmo tempo, permite relevância na situação do ator. Este traço da entrevista semi-estruturada, segundo nosso modo de pensar, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores.

Esta entrevista (roteiro em anexo) foi aplicada a três jovens participantes do grupo focal, que viajaram e voltam para a comunidade em setembro de 2014. Neste sentido a identificação dos jovens nas tabelas 02 e 03 permanecem, acrescidos da jovem Naiara e do jovem Ricardo que foram inseridos apenas no Registro Fílmico, ambos estavam gozando férias na comunidade Maria Preta em dezembro/2014 e janeiro/2015.

Dessa forma, discutir o projeto de Educação do Campo é inserir na agenda política do país um debate que perpassa os jovens, que apontam a dificuldade do acesso à terra, à escola e ao trabalho, pautas que mergulham nos problemas enfrentados pela pequena produção familiar, principal produção da existência humana no campo. Eis, portanto, a justificativa da necessidade de incluir a juventude no debate do projeto de Educação do Campo que, além de ser uma possibilidade de permanência é também uma geração que pode dar continuidade a vida no campo (CASTRO, 2012). Se entendemos a Educação do Campo como uma possibilidade de construção de identidades, de pertencimento e de produção de sujeitos, também acena-se a necessidade de alargamento contínuo da pauta da educação do campo para a convivência crítica com esta realidade paradoxal e apreciação dos interesses destes que também são pessoas do campo, os jovens.

1.3 IMPLICAÇÕES PESSOAIS E PROFISSIONAIS E AS RELEVÂNCIAS SOCIAIS

Filha de camponeses, toda minha trajetória de vida foi marcada pelo envolvimento nas mobilizações comunitárias, liderada pela Igreja Católica, alicerçada aos princípios das Comunidades Eclesiais de Base. Na década de 90, a Comunidade de Alecrim onde moro, passou por um intenso processo de organização, que através de cursos, seminários e formações discutimos sobre o sistema político brasileiro e seus reflexos na organização social local. Estas atividades fortaleceram a minha postura e da minha comunidade.

Caminhar neste universo de organizações comunitárias representa construir forças contrárias ao modelo social e político dominante na contemporaneidade, limitado ao contrato social próprio do capitalismo, onde não “cabe” o desenvolvimento de formas de luta que ultrapassem as definições do estado de direito, daí a criminalização dessas lutas ou a tentativa de cooptação delas. O capitalismo tem fragilizado as relações humanas, desgastado a solidariedade, destruindo as capacidades de construção de aprendizagem, de momentos comunitários e de experiências coletivas.

Inseri-me no trabalho profissional muito cedo. Aos treze anos, possuía o maior nível de escolaridade da comunidade onde morava/moro, a quarta série do ensino fundamental. Por este motivo, e por o município não disponibilizar de outro profissional mais qualificado, comecei minha lida em classes multisseriadas, enquanto professora leiga (o que indica questões ao campo). Foi com essa labuta que em 1996, conclui o magistério. Na tentativa de buscar fundamentos que fortalecessem minhas concepções políticas e pedagógicas, já que neste período atuava como professora, ingressei na universidade para estudar Pedagogia.

Com a inserção no mundo acadêmico fortaleci ainda mais os meus laços afetivos e de responsabilidade político-social com a comunidade de Alecrim e o seu entorno. Durante o curso de Pedagogia/UNEB, desenvolvi a pesquisa intitulada como: “*Educação do Campo: desafios na inserção das políticas públicas*”. Em seguida, a especialização em Educação Ambiental/UEFS com a pesquisa e intervenção que reuniram dezenove lideranças comunitárias em um Fórum Comunitário discutindo “*Comunidades Rurais: um espaço de itinerâncias coletivas*” e por fim, a especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Baiano/UFRB, com a pesquisa “*As traduções culturais e o currículo da Escola Municipal Ana Oliveira/Teofilândia-BA*”.

Morar no campo não basta. Narrar os desafios que cruzaram a vida é importante, mas não é suficiente diante do esforço para enfrentar a disputa política diária na escola, na comunidade, na associação. Sou coordenadora pedagógica de escolas do campo (dentre elas inclui-se a escola onde estudei as séries primárias e comecei a trabalhar como professora leiga), desde então venho defendendo práticas que procuram intermediar o diálogo entre as experiências camponesas e o fazer pedagógico, na tentativa de garantir o acesso ao conhecimento científico, como um dos caminhos de humanização dos sujeitos. Como fruto da organização coletiva, sou um produto das lutas e dos movimentos sociais no campo, o que, dentre outros, possibilitou a problematização destas questões, mesmo que, como pesquisadora, tenha que ‘estranhar’ dados cotidianos, paisagens comuns e composições que já me são familiares. A minha inserção na política acadêmica – posto que ciência é também espaço correlato de relações de forças – possibilitou que eu construísse categorias, metodologia e construção de objeto de pesquisa.

Estudar os motivos/discussões/condições que levam os jovens da Comunidade de Maria Preta, Teofilândia/Bahia, para Florianópolis/SC, tem uma grande relevância social, pois pauta à sociedade um recorte do campo brasileiro pouco estudado na academia, que traduz a partir da realidade pesquisada, a crise estrutural enfrentada pelo campo que expulsa os jovens para os grandes centros urbanos.

2. MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA/BAHIA: UM RECORTE DO CAMPO BAIANO

Teofilândia localiza-se no perímetro do semiárido baiano, especificamente na Região do Sisal, área que abrange 20 municípios no interior da Bahia. Este lugar de expressivo cultivo do sisal, também se constitui um território catalisador das potencialidades produtivas que possam necessitar de implementações de políticas públicas de desenvolvimento.

Tão bem escrito por grandes clássicos da literatura nacional, a exemplo de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, na Região do Sisal, os mandacarus, gravatás, macambiras e caroás, compõem um cenário concretizado em tabuleiros, massapés, lajedos e expressam a fortaleza do sertanejo em busca de sua sobrevivência. É neste território que encontramos o município de Teofilândia que registra em sua história oral os fatos e crenças que associam a sua origem aos enfrentamentos da seca no nordeste.

No mapa que apresentamos após os três parágrafos apresenta a dimensão territorial do município de Teofilândia/Ba, suas comunidades e fazendas, destacando a Comunidade de Maria Preta. A ocupação das terras se deu por volta de 1723, com fazenda de criação de gado. De acordo à história municipal, a seca assolava a região, quando alguns vaqueiros saíram em busca de água e alimento, pastoreando gados. Cansados, pararam próximo a um caminho estreito no meio da caatinga e dormiram. O gado dispersou-se caatinga adentro e encontraram um afloramento rochoso, que em suas pequenas cavidades, acumulavam água. Há quem chame este espaço de caldeirão ou tanque de pedras.

Ao acordarem e não encontrando mais o gado, os vaqueiros seguiram os rastros pelas veredas até os animais. Para os vaqueiros, a imagem do gado saciando a sede representava o milagre da vida. Não demorou muito para a notícia espalhar-se pela região, provocando o povoamento e crescimento do local. O município só 239 anos mais tarde obteve sua emancipação política, através da lei federal nº 1685, em 1962².

A produção agrícola baseia-se em lavoura permanente e temporário, destacando a produção de feijão (em grão) 980 toneladas, milho (em grão) 960 toneladas, castanha de caju 3 toneladas e fibra de sisal 345 toneladas, segundo os dados do IBGE/2012.

² História completa disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Para quem mora em Teofilândia, ou nos municípios que perfilam o território do sisal, acompanha o quanto a agricultura é uma atividade que manifesta muita dúvida e incerteza, pois tem na chuva a moderação de uma boa colheita ou não. Este fator climático pode garantir a segurança alimentar das famílias ou geração de grandes prejuízos. Os agricultores em 2014 manifestam a insatisfação frente à seca que assola a região ocasionando a perda da lavoura de milho e, especialmente de feijão.

MAPA DO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA – EDIÇÃO 2010



Disponível nas escolas municipais de Teofilândia

Em 2010, a população de Teofilândia atingia 21. 482 pessoas, sendo que 14. 790 reside no campo e 6.692 na cidade. Destes 14. 790 se for diga, deste total populacional 6.263 são jovens com faixa etária entre 15 a 29 anos. Ainda segundo o IGBE, a estimativa da população em 2014 é de 22.944 habitantes.

Sobre a situação educacional, conforme o INEP/ 2013 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Teofilândia apresentou 4788 matrículas, distribuídas das creches ao ensino médio. Destes, 1924 estudam em escolas da cidade e 2291 em escolas do campo. Importante destacar que este número não corresponde ao lugar que residem, haja visto que parte deste alunos são deslocados do campo para estudarem em escolas da cidade. Em Decreto nº 74³, publicado em 03 de julho de 2014, somente no ano de 2014 a Secretaria Municipal de Educação anunciou a desativação de 5 (cinco) escolas, todas localizadas no campo. Outro decreto publicado em 04 de julho de 2014, tornou pública a extinção de 18 (dezoito) escolas, todas do campo (Decreto nº 75). Segundo este último, estas escolas foram paralisadas no censo escolar nos últimos 5 (cinco) anos. De qualquer forma, nos últimos cinco anos foram fechadas 23 escolas no município de Teofilândia/Ba, todas localizadas no campo.

Este processo de fechamento de escola é fruto da política de reordenamento instalado no município, que vislumbra a educação ‘de qualidade’ a partir da nucleação das escolas, contenção de custo, política de transporte escolar, práticas administrativas que vêm se efetivando em todo país. De acordo aos dados disponibilizados na campanha “Fora da escola não pode/2014⁴”, em Teofilândia, ainda existem 454 crianças e adolescentes, em idade de 04 a 17 anos fora da escola. Este universo de estudantes localiza-se 86,7% no campo.

Teofilândia também é marcada pela chegada da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na década de 80, uma empresa de extração de minérios, que durante longos anos, tornou-se uma das maiores na exploração e exportação de ouro do Brasil e a maior do Estado da Bahia. Esta empresa, com a política neoliberal de privatização durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, passou a ser propriedade do grupo canadense Yamana Gold. Este grupo nomeia os campos de extração com os nomes das fazendas onde localiza-se as terras da empresa. Em Teofilândia chama-se Mineração Fazenda Brasileiro/MFB.

³ Disponível em <http://pmteofilandia.ba.ipmbrasil.org.br/diario-oficial-proprio.aspx>

⁴ http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_26691.htm

Localizada na Comunidade do Canto (ver mapa página 25), a extração de minério vem ocasionando agressões desastrosas – enormes crateras, tanques a céu aberto com dejetos, entre outros, no subsolo, não perceptíveis aos olhos dos moradores. Não se sabe o nível de comprometimento das ações da mineradora no subterrâneo, apenas problematizamos neste trabalho aqueles visíveis e que estão presentes para a constatação comunitária.

Reportagem feita em 10 de novembro de 1999, pela revista Isto É⁵, evidencia a riqueza do minério no solo teofilandense, ao passo que apresenta uma realidade do povoado de Barreiro (consultar mapa página 25), onde 260 crianças trabalham quebrando pedras para fazerem britas⁶: “marretas na mão britando rochas para vender à beira da BR-116 Norte”⁷.

A insatisfação da população traduz o sentimento de revolta nos depoimentos. Ao ser entrevistada pela Isto é Interessante, Olga Cerqueira, analfabeta, moradora da comunidade Caatinga de Cheiro, gargalha ao ser questionada se já viu o ouro de Teofilândia. Afirma não saber onde fica a mina. De seus dez filhos, sete preferiram tentar a sorte em São Paulo, do que viver acuados pela seca. Os seis netos provavelmente repetirão a trajetória.

A chegada da mineradora em Teofilândia intensifica o cenário de divisão de classe, inclusive na estrutura da cidade. Construiu-se uma vila com casa para patrões e outras para empregados, escolas, clínica médica, clubes de lazer em espaços privados para garantir a qualidade à educação, lazer e saúde das famílias dos que detinham majoritariamente o comando da empresa. Para os demais funcionários, a concessão a estes espaços variava de acordo ao lugar que o sujeito ocupava na empresa.

Foi neste contexto de exclusão social e elevadas taxas de empobrecimento, que começaram, no início da década de 90, as discussões sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), tendo o apoio e incentivo do padre espanhol Xavier Pedrasa e lideranças populares, vindas do mesmo país, encantando o povo com este *novo jeito de ser igreja*, baseando-se pela *opção preferencial pelos pobres*. Estes princípios comungaram com o despertar das comunidades frente ao compromisso social, à formação da consciência política, apoio às organizações já existentes, entre outras ações que seduziram as comunidades, argumentando a

⁵Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/29526_NO+PAIS+DO+VIL+METAL, acessado em 20/10/2014.

⁶Pequenas pedras utilizadas para concretos em construção civil, construção de rodovias, entre outros.

⁷Depoimento extraído da reportagem da Isto É http://www.istoe.com.br/reportagens/29526_NO+PAIS+DO+VIL+METAL.

possibilidade de construção de novos rumos para a vida do povo. As CEB's lidaram com as diferenças e desigualdades produzidas, positivando a organização juvenil naquele tempo e assistindo, formando e gerando criticidade diante dos usos da terra, da riqueza e do trabalho da população, Neste período a juventude do campo formava-se junto a coletivos políticos críticos ao modo capitalista de produção.

O trabalho das CEBs no Brasil surge como um “importante instrumento de resistência à ditadura militar, na segunda metade do século XX” (MAURÉS, 2010, p.13). A ditadura militar, como já é sabido, trouxe um legado de repressão cultural, social e político, acrescido do fortalecimento do sistema capitalista brasileiro, abertura excessiva ao capital externo, que aumentou as desigualdades sociais já existentes neste país, especialmente no campo. Segundo Fiosin, Lesbaupin e Ribeiro (2000, p.56), a “implementação das políticas de cunho neoliberal e a recessão econômica tiveram importantes reflexos nas classes populares e na capacidade de mobilização de alguns movimentos sociais (...) com os quais as CEBs eram muito articuladas”.

Dessa forma, a organização em CEBs representou para este município uma possibilidade de luta, não somente na dimensão religiosa, mas de relevante abrangência social, conquistando “um lugar em destaque também no cenário político por sua influência sobre vários movimentos sociais e por trazerem uma contribuição significativa ao processo de democratização e de construção da cidadania no país” (FIOSIN; LESBAUPIN; RIBEIRO, 2000, p.56).

A Comunidade de Maria Preta, inserida neste município apresenta e contextualiza o pragmatismo das CEB's, sobretudo no que se refere aos projetos sociais.

2.1 TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE DE MARIA PRETA/TEOFILÂNDIA.

“Não ficou outro não na história” (Depoimento de Senhor Antônio sobre Senhor Pregídio Pereira, disponível no Registro Fílmico)

O processo de formação da Comunidade de Maria Preta é composto por períodos irregulares, sem datas precisas de inauguração e/ou origem. Esta irregularidade é comum nas comunidades rurais, entendendo as várias confluências e divergências que implicam na criação de lugar. Porém, as histórias contadas pelos moradores denunciam que a partir de 1950 começou uma concentração de pessoas, tendo uma incidência maior nas décadas de 70 a 90, com a ampliação de números de filhos por família.

A produção econômica está centrada em atividades sazonais, em período de inverno, desenvolvidas a partir da agricultura familiar - o plantio de feijão, milho e mandioca. Na pecuária criam-se pequenos rebanhos de caprinos, suínos, bovinos – para o sustento apenas das famílias. Estas atividades, em sua maioria, têm a participação efetiva das mulheres. Elas, “donas de casa”, assumem o gerenciamento destes afazeres devido à necessidade dos homens migrarem, temporariamente, para os centros urbanos, Santa Catarina e Salvador, em busca de trabalho em construção civil, vendendo serviços de pedreiro, carpinteiro e “ajudante”⁸. A escolha por estas cidades é por apresentarem um campo vasto de trabalho nas áreas supracitadas.

Outra atividade produtiva é o plantio de hortaliças – alface, coentro, cebola, pimentão, salsa, rúcula, entre outras. Com o apoio da associação de moradores, iniciativas individuais, as hortas têm garantido um complemento da renda familiar. O escoamento dos produtos é promovido pelas próprias produtoras na comunidade, feiras livres municipais e também no PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar). A manutenção desta produção é feita através de aguadas e poços construídos na década de 90 em parceria com a Igreja Católica, poder público local, comunidades espanholas,⁹ entre outras entidades.

⁸Pessoas que não possuem formação profissional e nem registro na carteira de trabalho da profissão a ser exercida.

⁹ Na década de 90, o município passava por um período de formação político coordenado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), fundamentado na Teologia da Libertação. Neste período, buscou-se junto às comunidades espanholas apoio financeiro para criar possibilidades de “convivência ” com os longos períodos de estiagem e os curtos e intensivos períodos de chuvas. Nisto se construiu aguadas, poços, banco de semente, entre

Mesmo com estas iniciativas, ainda é inevitável a migração. *Sair* da comunidade é bem mais complexo do que a “simples” atração pela convivência em grandes centros urbanos. Tem como base a “pressão sofrida pelas mudanças e crise da realidade do campo” (CASTRO, 2012, p.442) dentro de uma conjuntura política que favorece ao agronegócio. *Sair* é uma estratégia de sobrevivência, uma vez que trabalhar na roça¹⁰ pode significar precarização da vida.

A migração centra-se também nos jovens – moças e rapazes -, que mesmo sem completarem 18 anos e a conclusão do ensino médio, viajam em busca de *oportunidade de trabalho*. Além dos trabalhos já citados, acrescentam os que foram assumidos pelos jovens participantes da pesquisa, como mostra a tabela abaixo:

TABELA 04: CONDIÇÃO DE TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS / 2015.			
JOVENS	GÊNERO	TRABALHO	SALÁRIO
J1	Feminino	Atendente em caixa de supermercado	R\$ 920,00 a 1.100,00
J2	Masculino	Limpeza em um hospital	R\$ 800,00 a 920,00
J3	Masculino	Não obtive mais contato	
J4	Feminino	Atendente em caixa de supermercado	R\$ 800,00 a 920,00
J5	Masculino	Ajudante de pedreiro	R\$ 1.200,00 a 1.300,00

Toda origem da Comunidade de Maria Preta gira em torno da família do senhor Pregídio Pereira. Segundo o senhor Antônio, genro de Pregídio, por volta de 1890, existia um casal de fazendeiros donos de uma extensão de terra que os entrevistados não conseguiram calcular, apenas mapearam as comunidades constituídas hoje nestas terras, a saber: Maria Preta, Januária, Flores e Caiçara.

Segundo senhor Antônio Dantas, Felipe, pai de Pregídio Pereira personagem central na constituição desta comunidade, junto com outros irmãos, trabalharam nesta fazenda que já

outras possibilidades, que asseguram, até agora/2014, a sobrevivência e permanência de muitas famílias da comunidade.

¹⁰A categoria teórica roça possui múltiplos sentidos que se imbricam na caracterização desse lugar e pode significar: 1) a localidade distante da cidade (assim, parece ser sinônimo de “zona rural”: “*Moro na roça*”); 2) pode ser referido também como sinônimo de “terreno”, propriedade (“*Eu tenho uma rocinha*”; “*Vamos na roça de Fulano?*); e 3) ainda pode se referir à plantação (“*roça de milho*”; “*roça de mandioca*; *roça de feijão*”).(SANTOS, 2003, p.149)

se chamava Maria Preta, ordenhando gado no final do século XIX. O casal de fazendeiros não possuía herdeiros. Com o falecimento do fazendeiro, Felipe passou a administrar a fazenda junto à viúva. Após o falecimento da fazendeira, em recompensa ao trabalho prestado por Felipe e irmãos, foi beneficiado por doação de uma parte da fazenda.

As famílias dos irmãos se multiplicaram e povoaram as terras, que correspondem hoje às comunidades de Januária, Caiçara, Flores e Maria Preta. Esta última debruçaremos-nos à interpretação a partir deste momento.

Maria Preta foi a área de terra concedida a Felipe Pereira, pai de 11 filhos, dentre eles Pregídio Pereira dos Santos, homem negro, sambador, conhecido pelo envolvimento com as tradições culturais e apaziguamento da comunidade. Organizava as festas populares, a exemplo, sambas, reisados, festas juninas, queima de judas, entre outras. Mesmo com menor intensidade, ou com outros recortes culturais, estas manifestações são presentes nos dias de hoje, apesar do pouco envolvimento dos jovens e crianças.

Com Pregídio, resolviam-se desde problemas de ordem comunitária, até conflitos familiares. A liderança era tão expressiva que o povoado se formou pela venda ou doação de terras para constituição das famílias com concessão de Pregídio. O terreno da localidade era vendido ou doado para pessoas que tivessem algum tipo de relação familiar (sobrinho, genro, cunhado). Atualmente, apenas uma família reside em Maria Preta que não tem vínculo de parentesco com o Pregídio Pereira (não conseguimos descobrir os motivos).

O fato narrado nas entrevistas que marcou a vida do lugar foi o falecimento de Pregídio em 2001, aos 89 anos. Uma perda muito grande não somente pela pessoa que representava, mas no que diz respeito à figura popular que liderava a comunidade. Além deste envolvimento cultural, Pregídio, por volta da década de 60, assumiu por muito tempo o cargo de *oficial de quartel* da comunidade, consentido inicialmente, pelo delegado do município e com o apoio do prefeito municipal, Waldemar Ferreira de Araújo. Segundo Jorge Souza, neto do Pregídio, este cargo era dado aos sujeitos que tinham comprovada liderança local e uma relação estreita com o poder público municipal, a quem o povo demonstrava medo e respeito. A tarefa era manter a ordem diminuindo os conflitos comunitários e familiares.

Toda esta concepção organizativa e controle dos sujeitos pode ser analisada a partir de práticas do que se chamou “coronelismo”, pois configurava um sistema político e uma complexa rede de relações que vai desde a comunidade ao prefeito da cidade, envolvendo

fortes compromissos recíprocos. Disto resulta também a construção da escola homenageando o prefeito ou lideranças locais à indicação da professora primária pelo poder local. Segundo (CARVALHO, 1997, p.5) a professora primária “era importante para conservar valores indispensáveis à sustentação do sistema”, além de “o cargo público é mais um instrumento de dominação local”. E ainda, “O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária” (idem, 1997, p.5).

O que é relevante discutir neste momento é o tipo de dominação e como se configurou na liderança localmente. Carvalho (1997) defende o quão é importante compreender as configurações de dominação, não apenas enquanto um elemento repressor da história, mas enquanto um caminho de interpretação da realidade.

Faz enorme diferença se ela procede de um movimento centrado na dinâmica do conflito de classes gerado na sociedade de mercado que surgiu da transformação do feudalismo na moderna sociedade industrial, via contratualismo, representação de interesses, partidos políticos, liberalismo político; ou se ela se funda na expansão lenta do poder do Estado que aos poucos penetra na sociedade e engloba as classes via patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, populismo, corporativismo (CARVALHO, 1997, p.9).

Sabemos que o coronelismo constitui-se como composição política que envolve um tipo de relação entre chefes, lideranças políticas que trocam benefícios, em geral ações assistencialistas, por apoio político e votos (CARVALHO, 1997), firmando compromisso entre chefes locais e o poder público. Estas práticas, pactos e composições foram necessárias ao pacto agrário que caracteriza a formação do estado brasileiro, que exclui qualquer tipo de divisão de terras próximas a um projeto de reforma agrária, bem como exclui a institucionalização de direitos civis e políticos, só feitas tardiamente no Brasil. As práticas conferidas por senhor Pregídio, apesar de não serem tão antigas comparadas ao período republicano, mostram alguns pontos que se assemelham a este sistema, e importante para entender a dinâmica social e política construída na comunidade.

Com este debate, pudemos concretizar a chamada região de origem dos nossos jovens migrantes “temporários” ou “definitivos”, sujeitos de nossas preocupações.

3 OS JOVENS DA COMUNIDADE DE MARIA PRETA/TEOFILÂDIA/BA.

Antecipo que, entre os pesquisadores, não existe um consenso sobre o conceito de juventude. O debate, como já o iniciamos anteriormente, gira em torno da necessidade de considerar juventude enquanto categoria socialmente construída com base nas diversidades, que atendem a fenômenos existentes, e precisam ser analisadas a partir de dimensões físicas, materiais, históricas e políticas, nas quais toda produção social se desenvolve, dando o recorte de classe, cultura, etnia, gênero, religião, entre outros aspectos que fazem parte da formação social desta categoria. Weisheimer (2005), mapeando os estudos recentes sobre juventude rural, afirma que:

As interpretações sobre a condição juvenil demonstram que esta é uma construção social, cultural e histórica altamente dinâmica e diversificada, o que implica considerá-la uma realidade múltipla, visto que os jovens não formam um todo homogêneo. Quando se consideram as diferenças de classe social, etnia e gênero, por exemplo, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais – que por sua vez são diferentes entre si – e aos processos de socialização. Nesse sentido, é mais correto privilegiar as noções de *juventudes* e *jovens rurais* no plural, uma vez que eles vivem realidades sociais bastante diversas, construindo experiências e identidades coletivas distintas (WEISHEIMER, 2005, p. 27),

Utilizaremos a expressão “jovens do campo” como categoria política necessária neste debate para configurações das especificidades de relações de forças no campo e por entender a necessidade de inserção da vasta diversidade eminente ao campo brasileiro, em seus aspectos regionais, políticos, sociais, econômicos, culturais, exigindo a ampliação do foco de análise, no que diz respeito às relações sociais, processos educativos e as condições de trabalho, que ultrapassam as barreiras biológicas e etárias.

A vida no campo se torna mais complexa quando nos reportamos ao Território do Sisal, uma realidade na qual as famílias dispõem de quantidade insuficiente de terra para produção na agricultura, e é necessário criar manobras para enfrentamento da seca ou fugir dela, tendo em vistas os longos períodos de estiagens que assola a região. Os problemas enfrentados pelos jovens do campo são, antes de tudo, a crise que atinge a pequena produção familiar, modificando os meios de produção da vida, para a qual a educação do campo tornou-se uma questão estratégica.

Para muitos, ficar no campo é optar por uma vida com pouca qualidade, considerando a aquisição de bens materiais necessários, a saber: casa, terras para produção, um transporte que facilite a acessibilidade à cidade e a outras comunidades, sobretudo, um trabalho que ofereça estabilidade financeira. Ir para a cidade é buscar “profissão, emprego, carteira assinada, [...], trabalho que favoreça a estabilidade financeira” (QUEIROZ, 2011, p.24).

Neste universo campesino desponta, nesta pesquisa, a existência de um contingente de jovens visivelmente pretos de uma comunidade de Maria Preta/Teofilândia/BA, que não criou vínculo político ou de pertencimento a grupos, movimentos negros ou organizações comunitárias. Para a concretização dos projetos de vida migram, em sua maioria, para Florianópolis/SC. Em levantamento feito no grupo focal, em 26/06/2013, tomando 26 (vinte e seis famílias) como amostragem na comunidade, verificamos que nestas famílias existem 64 jovens, destes, 28 estão em Florianópolis/SC (ver tabela abaixo). Consideramos jovens, nesta pesquisa, os meninos e meninas da comunidade que estão dentro da faixa etária entre 15 a 25 anos, onde constatamos maior fluxo migratório.

TABELA 05: PERFIL MIGRATÓRIO DOS JOVENS DA COMUNIDADE DE MARIA PRETA 26/03/2013

FAMÍLIAS	QUANT ^a DE JOVENS	PERMANECEM NA COMUNIDADE	ESTÃO NA COMUNIDADE, MAS JÁ MIGRARAM	ESTÃO EM SANTA CATARINA	EM OUTRAS CIDADES
26	64	18	11	28	07

Os 18 jovens que permanecem na comunidade ainda não possuem idade necessária para migrar (16 anos), existem casos que estão aguardando a conclusão do ensino médio ou possui um contrato de prestação de serviços na prefeitura do município, caso exclusivo da jovem que é professora da comunidade e estudante de Pedagogia na Universidade Estadual da Bahia(UNEB/CAMPUS XI/ SERRINHA).

Na terceira coluna da tabela identificamos 11 jovens que já migraram e estão de volta à comunidade. Dos motivos que os levam a voltar, elencam a não adaptação ao clima da cidade, a rotina de trabalho, o envolvimento com drogas e o desejo de voltar a conviver com a família. Esta é, para eles, um centro de referência para se tornarem “um bom adulto”.

O que marca a passagem para a vida adulta é o trabalho e o casamento. Segundo eles, com a “responsabilidade” vinda com o casamento *“as amigas mudam, [...]na família eu não ligava pro que me dizia, hoje eu não dou motivo pra me reclamar, sou um cara respeitado(risos)”*(Depoimento de Bigu).

Estes jovens da Comunidade de Maria Preta fazem parte de um universo de jovens possuem elementos que os tornam constituintes de um coletivo, mesmo com a delimitação social, econômica, cultural, já discutida no início deste debate. Estamos falando de filhos de trabalhadores assalariados, ou daqueles que produzem suas vidas muitas vezes precárias, instaladas em minifúndios, ou ainda sem terras, em regiões diversas no campo do nordeste brasileiro, especialmente no Território do Sisal. A inserção no mundo do trabalho ainda aos 15 anos e em idade escolar, para estas pessoas não se configura uma escolha, mas, uma imposição de sua origem social e do tipo/modelo de sociedade que se construiu no Brasil (FRIGOTO, 2001), ou seja, os jovens inseridos no mundo do trabalho precocemente, com baixa remuneração, estão fora da escola, vivem nesta condição, são filhos, exclusivamente, de trabalhadores em condições de vida precária no campo, caso comprovado neste estudo: dos cinco jovens que migraram para Florianópolis/SC apenas a jovem Gil continuou os estudos.

Notoriamente, as pesquisas mostram que as maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens do campo, inclusive sendo consenso entre os pesquisadores, é o acesso à escola e ao trabalho (CASTRO, 2012). Não queremos aqui colocar a educação como eixo central da ruptura contra as desigualdades sociais, mas também não podemos excluí-la deste processo, afinal precisaremos de escolas para construir outro modelo de sociedade. A ausência desta instituição neste debate naturaliza na organização do trabalho pedagógico a reprodução dos ideais capitalistas, fragilizando as relações humanas, desgastando a solidariedade, destruindo as capacidades de construção de aprendizagem e experiências coletivas, contrariando, para nós, o papel fundamental da educação que é a formação de sujeitos críticos, capazes de contribuir na construção histórica dos movimentos de resistências à expansão capitalista em seus territórios, comunidades rurais, sindicatos, escolas, movimentos, entre outros.

Dessa forma, entendemos que a escola não é uma instituição essencialmente burguesa, se assim o fosse, a burguesia não buscaria tanto o esvaziamento dos conteúdos, o controle das práticas educativas e na política de formação dos professores. Isto justifica a educação esvaziada materializada nas escolas que objetiva a manutenção do modo de produção capitalista, convencendo os sujeitos de que as desigualdades sociais são inerentes à condição

natural da classe trabalhadora, especialmente, a que vive no campo, historicamente excluída de toda socialização tanto do conhecimento quanto dos bens materiais de existência.

O horizonte desta luta é uma sociedade com relações sociais, econômicas, políticas e culturais, que rompa com a forma atual de organização e de relação capitalista. A defesa por escolas no campo, enquanto um espaço de socialização do conhecimento necessita ser alinhada ao projeto de sociedade, neste caso, que atenda aos interesses da classe trabalhadora. Como afirma Lombardi: “Penso que não é possível o avanço da discussão sobre as perspectivas transformadoras de nossa sociedade deixando-se de lado as perspectivas também transformadoras de um projeto revolucionário de educação” (2005, p.02).

O controle do que é ensinado e aprendido pertence a ideologias políticas em favor do agronegócio, que defendem a concentração de terra, propriedade privada, expropriando os sujeitos do direito a vida. A Educação do Campo anuncia que é urgente inserir outra matriz política pautada em processos de humanização, vinculada ao acesso aos bens materiais produzidos pela humanidade, isso inclui conhecimento, terra, casa, trabalhos, saúde, alimentação, entre outros.

Entretanto, este mesmo campo que expulsa jovens do campo, paradoxalmente, constrói sujeitos protagonistas de um processo de construção de identidades que expressam as angústias e demandas de um coletivo de jovens que se posicionam contrária ao “esvaziamento do campo” e se organizam na luta por mudanças sociais e na busca de novas utopias, projetos coletivos de vida. Como resposta ao descaso vivido por eles no campo, se manifestam em mobilizações implicadas em organização de Pastoral da Juventude, Seminários, Acampamentos, inserção em entidades representativas da sociedade civil, a exemplo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, maior inserção nas universidades em cursos que dão qualificação necessária para interpretar e atuar politicamente nos contextos onde eles atuam. Tudo isso, retrata a inconformação às desigualdades experimentadas, cotidianamente, pelos jovens no campo brasileiro.

Segundo Frigoto (2004), entender, profundamente, a mutilação dos direitos elementares das juventudes brasileira, especialmente, da classe trabalhadora, remete-nos a compreensão desta realidade nas raízes estruturais do plano econômico, cultural e político do país. As condições de vida destes jovens agravam-se em todos os momentos de recusa da elite brasileira em efetivar as reformas tributária, social e agrária, que são centrais para alteração do modelo de sociedade vigente.

“Ficar” ou “sair” do campo são alternativas cuja potencialidade de escolha precisa ser problematizada pelos jovens em todos os espaços de formações. Não defendemos, neste trabalho, que os jovens sejam “fixados” no campo, independente das condições que este oferece, pois estamos falando de sujeitos que constroem alternativas, que planejam suas vidas, que aguçam curiosidades, que lançam-se para o horizonte. Mas, também não podemos invisibilizar as contingências em que as escolhas tem se dado.

Constam nas referências que discutem esta temática no Brasil, a exemplo Weisheimer (2005) e Castro (2008), que a juventude aparece como um setor da sociedade extremamente fragilizado, invisibilizado, em um lugar de não reconhecimento, convivendo com diversas situações de “preconceito, marginalidade e exclusão”(WEISHEIMER, 2005, p 08). Para o autor, enquanto os jovens “permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental” (WEISHEIMER, 2005, p 08).

Para os jovens inseridos em movimentos sociais, esta problemática caracteriza a deslegitimação da participação em espaços políticos e tomadas de decisão. Entretanto, são jovens que participam da formação política cotidiana, que emerge dentro das dinâmicas dos movimentos sociais, organização sindical, trabalho de pastoral, cooperativas, Escolas Famílias Agrícolas, entre outras. Estes espaços balizam princípios formativos que perpassam por concepção de mundo, homem e sociedade que vislumbram o rompimento com a exploração da sociedade capitalista. Pautam as dificuldades de acesso à educação em todos os níveis, denunciam que o modelo agrícola brasileiro não contribui para alteração da política agrária dificultando o trabalho dos agricultores e discute um projeto de reforma agrária popular, que norteia outro modelo de sociedade, seguramente, não baseado no capital.

Os jovens que são distantes destas organizações podem ficar à mercê da exploração do trabalho e de programas de alfabetização e profissionalização aligeirada, engrossando a fila da migração e o índice de analfabetismo no Brasil. Esta pesquisa, além de estudar as alterações culturais provocadas a partir da migração de jovens da Comunidade de Maria Preta/Teofilândia/BA, para Santa Catarina, desponta a existência de um contingente de jovens que não criou vínculo político ou de pertencimento a grupos, movimentos ou organizações comunitárias. Existência de jovens com estas características é eminente na realidade no campo brasileiro e que é pouco lembrada em pesquisas científicas.

Não nos iludimos que este estudo seja suficiente para caracterizar a juventude do campo brasileiro, mas defendemos a ideia de que tem revelado pistas que desenharam e ampliam a compreensão do significado e da condição da juventude do campo, na conjuntura política contemporânea. Uma vez que, apresentamos elementos importantes para o debate e pouco lembrados em trabalho acadêmico; jovens moradores em comunidades rurais que estão distantes de movimentos sociais, realidade eminente ao campo com demandas sociais específicas, que migram para os centros urbanos a procura de trabalho, tem o trabalho enquanto um elemento estruturante da vida, mas que apontam outros aspectos que atravessam esta migração, a exemplo da sexualidade e a negritude.

Portanto, ratificamos a necessidade de fortalecer o debate em torno da vida no campo, em especial da juventude, tendo em vista a reprodução histórica da precarização da vida neste espaço, fermento de exploração das riquezas naturais desde o período do Brasil Colônia e quase não enxergamos sinais de intervenção “no curso das determinações sócio-históricas do modo do capital produzir e organizar a vida humana” (QUEIROZ, 2011, p.46).

4. POR QUE MIGRAM, POR QUE VOLTAM: A ASA BRANCA, O VOO QUE NÃO SE ACABA.

“Aí a gente dizia assim: Gente como é que a gente dizia nunca mais vou voltar pra Bahia! Aí a saudade bate, e agora?” (Depoimento de Ricardo, disponível no Registro Fílmico)

A “Asa Branca: o voo que não se acaba”, além de ser um produto de uma pesquisa acadêmica do Mestrado Profissional em Educação do Campo/UFRB, é um instrumento de denúncia sobre o intenso processo migratórios dos jovens do campo, sobretudo os jovens da Comunidade de Maria Preta. O registro fílmico não se pretende exato, antes sua função é iniciar o debate. As questões devem começar ali, onde ele parou, deixando um ‘vazio’, uma ‘nostalgia’, como algo inacabado. Pretende ser um instrumento que gere continuação e autonomia para que os sujeitos o completem e o discutam. Ser jovens no campo é sequenciar a história de exclusão social, de poucas possibilidades de permanência no campo, de acesso e permanência em escolas que garantam o ensino do conhecimento científico e ao lazer. A migração para Florianópolis marca a história dos jovens, das famílias, dos amigos, assim como tem marcado o Brasil, nos finais do século XIX, para as grandes fazendas de café da região sudeste.

Muitas produções acadêmicas com foco na estrutura social do início do século XX investigam profundamente a imigração estrangeira, secundarizando os migrantes nacionais, sobretudo os negros recém-libertos, contexto que justifica, sobretudo, a origem das favelas brasileiras, caracterizada como “lugares”, terras que não despertavam interesse dos capitalistas. Assim como nos morros, onde se estruturaram maioria das favelas no Brasil, os manguezais, entre outros espaços geográficos ditos improdutivos, foram ocupados pelos negros ex-escravos (STÉDILE, 2011, p.24).

É quando também nasce o campesinato brasileiro, constituído por dois milhões de camponeses pobres da Europa e por populações mestiças que se formaram ao longo dos 400 anos de colonização. Como as terras litorâneas eram ocupadas pelos latifúndios, usada na exploração para exportação, ainda no modelo agroexportador, estas pessoas caminharam para o interior do país, se dedicando as atividades de produção agrícola de subsistências, ocupando

todo interior do território do nordeste brasileiro: “Não tinha propriedade privada da terra, mas ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades” (STÉDILE, 2011, p. 27).

Atualmente, são diversas categorias do campesinato, trabalhadores rurais, jovens, adultos que transitam por vários espaços brasileiros, na busca por melhores condições de vida materializada em trabalho, educação, saúde, moradia. “São sujeitos sociais que, apesar das forças desagregadoras, desenraizadoras do latifúndio e do agronegócio, constroem em seu cotidiano e em suas trajetórias de vida múltiplas estratégias de resistência de modo a garantir a sobrevivência e a dignidade de suas famílias” (SILVIA; MENEZES, 2009, p. 5).

O desafio metodológico imposto nesta pesquisa que busca compreender a migração dos jovens da Comunidade de Maria/Teofilândia/BA para Florianópolis/SC, é dialogar com esta intensa mobilidade destes jovens em migração temporária, nos fazendo lançar mãos de instrumentos de coleta de dados, para além do grupo focal, que pudessem atender ao objetivo central do trabalho de pesquisa, a exemplo da entrevista semiestruturada mencionada na introdução desta escrita.

Muitos destes jovens podem escapar dos censos demográficos e apresentam variáveis na migração: alguns retornam à comunidade por alguns dias para visitar a família, em ocasiões de festas, férias do trabalho ou falecimento de parentes e amigos, sem romper com as relações de trabalho estabelecidas em Florianópolis/SC; outros retornam quando garantem a construção da casa própria na comunidade de Maria Preta (neste propósito que Gil e Doda migraram); outros ainda por envolvimento com o uso de substância psicoativas e a família busca recuperá-los na comunidade.

A migração não é nova por lá. Em depoimento para o Registro Fílmico, senhor Antônio anuncia a década de 1960 enquanto um tempo em que a “Asa Branca” já lançava seus voos em destino a São Paulo, sempre a procura de trabalho. Embora não possamos falar de uma origem contemporânea deste processo de migração, identificamos ligação desta com fatores que só preliminarmente podem ser chamados de religiosos. No vídeo, Feliciano Santos, pessoa que participou do grupo que inaugurou esta rota migratória, narra todo processo embasado nas crenças religiosas: “era sentido de Deus” “Deus tem alguma coisa pra nós lá”.

Não é objetivo deste trabalho investigar a relação específica e detalhada da migração com a religião, mas cumpre-nos dizer que nossa pesquisa aponta para a necessidade de fazê-lo. Seriam as agremiações neo pentecostais o novo espaço de acolhimento de jovens rurais? Como estas desenvolvem a crítica ao modo de precarização da vida? Podemos falar de um coletivo conservador com o qual os jovens se identificam? Trata-se de um ‘novo coletivo’?

Mensurar os dados que nos foram chegando foi um desafio metodológico desta pesquisa, visto que os sujeitos migraram, uns permaneceram, outros voltaram, se configurando o que Silva (1992) chama de sujeitos híbridos, isto é, “uma mistura de camponês e assalariado, mistura de suas condições sociais. Por isso, a reprodução da circularidade não reproduz a situação social de origem, mas a do ser híbrido, em processo de desenraizamento e proletarização”(SILVA, 1992, p.166). A análise das trajetórias destes jovens e as experiências se tornaram necessárias para compreensão que explica os motivos da migração.

O jovem Bigu participante do grupo focal e inserido no grupo que já migrou e está de volta à comunidade, descreve as expectativas anteriores à migração e o que foi vivenciado por ele em Florianópolis/SC:

É tudo muito diferente, nem toda pessoa se dá bem como imagina. Primeiro, tem muita gente que não se habitua no lugar; têm pessoas que vão para trabalhar e não trabalham, e ainda tem o caso dos menores de idade; tem também aqueles que têm muito tempo lá, a gente pensa que está se dando bem, muito pelo contrário, porque estão no mundo bem diferente, das drogas. Muitos conseguem muita coisa boa porque trabalham, mas para que não sabe muitas mães da nossa região manda dinheiro para os filhos daqui pra lá, por causa das drogas (Depoimentos de Bigu).

Neste relato, Bigu expõe as frustrações por não ter permanecido em Florianópolis/SC, entretanto, não descarta a possibilidade de retornar caso não tenha outra alternativa de trabalho não só na comunidade, mas em cidades mais próximas: “aqui na Maria Preta é muito difícil agente conseguir trabalho” (Depoimento de J5). Ele descreve que diante da dificuldade de adaptação, trabalho com baixo salário, os jovens criam suas próprias condições materiais de permanência.

Você tem duas alternativas para viver em Santa Catarina, ou você passa viver com a sua namorada pra dividir as despesas ou passa a viver em um quatinho com 10 pessoas, pra mais ou pra menos. (Depoimento de Bigu)

Bigu aponta um elemento novo para a pesquisa que são os casamentos informais, prática comum entre os jovens da comunidade. Dos participantes da pesquisa Deise e Bigu estavam vivendo esta experiência e Gil, que no início deste trabalho afirmou não possuir interesse em migrar, em 2014 foi para Florianópolis já na companhia do namorado. Segundo eles (Gil e seu companheiro), o objetivo da migração é “ganhar dinheiro para construir uma casa em Maria Preta pra poder vim embora” (*Depoimento de Gil*).

Os jovens reconhecem que a migração os coloca em contato com outras formas de viver e de compreender a vida: “lá as facilidades são maiores. Quanto tu quer vai no shopping, compra a roupa que quer, tem mais facilidade pra tudo [...] até pra entrar no mundo das drogas (*risos*)” (*Depoimento de Naiara*).

Para ela, a cidade de Florianópolis é uma projeção de melhores perspectivas de vida pensadas por estes jovens, mesmo para aqueles que não pretendiam migrar, expressam este sentimento.

Gil: Eu acho que tem lugar que é bem melhor do que Santa Catarina, não é só resumido lá não (no início da pesquisa não pretendia migrar);

Doda: Santa Catarina é o lugar do emprego, da oportunidade. Lugar de oportunidades de emprego, que a pessoa vai para construir o futuro, alguma coisa, autonomia financeira, sabe? (risos);

Junior: Acho que as pessoas vão pra estes lugares pra procurarem melhores condições de vida pra suas famílias, a procura de dinheiro, coisas que aqui é mais difícil ter.

Na migração, os jovens procuram atender as necessidades materiais de sobrevivência, e também “ às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida)” (SILVA, 1992, p.165). Os depoimentos anunciam que os jovens criam expectativas positivas frente à migração, tendo-a como alternativa para superarem as dificuldades enfrentadas por serem jovens. Isto está no discurso de cada um deles retratado pela obtenção do dinheiro, sem mesmo que seja problematizado em que condições isto acontecerá.

Gil: *A pessoa jovem precisa de dinheiro não tem, já quando a pessoa é adulta vai ali trabalha consegue seu dinheiro, aí compra o que quer, faz o que quer com o seu dinheiro.*

Doda: *Falta de dinheiro, minha mãe sempre me dava, mas é muito pouco. Aí eu sempre pensei em sair, trabalhar e fazer uma casa pra morar mais ela (Ela é a jovem J4) com quem efetivou o casamento informal).*

Deise: *A dependência dos pais é muito difícil. Agora eu posso até trabalhar, mas não é a mesma coisa de quando eu completar 18.*

Textualmente, os jovens indicam a falta de dinheiro como principal desafio, assim como apontam o trabalho como meio de adquiri-lo, justificando a necessidade da migração. Segundo Silva (1992, p. 165), “além das determinações estruturais, as relações sociais destes agentes explicam suas trajetórias e seus destinos entendidos numa dialética de aceitação-recusa, determinação-indeterminação, de realidade-ilusão”. Parece-nos que o fetiche da mercadoria-dinheiro, que aparece ao ser como algo que tem valor por si só - e não como um corresponde a um valor-mercadoria constituído a partir da apropriação do trabalho – elimina o reconhecimento do processo de precarização do trabalho e das diferenciações das formas sociais do trabalho. É neste caso que o trabalho precário na cidade parece mais ‘honroso’ ou melhor que o trabalho precário do campo, enquanto são faces da mesma moeda.

O retorno para a comunidade é o que muitos projetam, porém não encontram no município o que eles definem como trabalho e/ou que exercem em Florianópolis: “[...]se aqui tivesse trabalhos em lojas, bancos, construção civil, até as pessoas que estavam lá vinham embora pra cá (J3).

Os trabalhos realizados por estes jovens quando chegam à Florianópolis são de atendentes e serviços de limpeza em supermercados e restaurantes, babás e para os jovens meninos este universo se amplia para a construção civil, em uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, variando o salário entre R\$ 850,00 à R\$ 1.200,00. Segundo os jovens, mesmo apresentando menor idade e não possuindo ensino fundamental completo, não se configura em empecilho para ingressar no mundo do trabalho. Estes fatores só aumentam a precarização do trabalho e o volume de apropriação e/ou o trabalho não pago.

Segundo Frigoto (2010), é precária, em termos de níveis de remuneração e condições de trabalho, a inserção dos jovens tanto no mercado formal quanto “informal” do jovens. Os jovens da pesquisa expressam a insatisfação quanto ao tempo de trabalho, locomoção até o trabalho e o tipo de moradia.

O lugar que trabalhei é o lugar mais rico de Santa Catarina, Jurerê [...] morava mais ou menos 20 pessoas, em uma casa de madeira beliche de madeira, colchão, televisão, televisão era nossa, normal, só não tinha guarda-roupa. O guarda-roupa era a mala mesmo da pessoa (Depoimento de Bigu)

A partir do depoimento deste jovem, Frigoto (2010,) nos auxilia nesta discussão, caracterizando os espaços de trabalho e de moradia da juventude brasileira: uma grande quantidade de jovens trabalha em minifúndio com suas famílias, seja de arrendatário ou assalariado no campo brasileiro; outra parte, que ele conceitua de milhares vivem em diversos acampamentos, de norte a sul do país, em diversos movimentos. E por fim, um número maior de filhos de trabalhadores que residem em bairros populares nos grandes centros urbanos. Os jovens participantes da pesquisa relataram que chegam a conviver com 10 jovens no mesmo cômodo e continua [...]“*O lugar que a gente mora é super pequeno, que pra um passar ou outro tem que deitar ou sair*”(Depoimento de Júnior)

Apesar das diferentes áreas de convivência, estes jovens tendem a sofrer o mesmo processo de iniciação precoce ao trabalho, são desumanizados e socialmente violentados. Todos eles estão submetidos ao controle e a exploração do capital, o que nos permite dizer que são parte da classe trabalhadora em confronto aberto com a classe dominante.

Frigoto (2010) convida-nos a pensar o campo em sua particularidade e universalidade, conduzindo-nos à compreensão de que as especificidades e suas diferenças não nos colocam no jogo das abordagens dualistas: campo lugar do atraso e cidade do avanço, pois que tanto no campo, quanto na cidade, existem as mais variadas formas de expropriação da vida. Contudo, elas são percebidas de forma diferenciada por estes jovens que capturados pela lógica do pensamento dual e conquistados por valores voltados ao consumo discernem a vida nos centros como mais adequada para eles. Entende-se que o consumo assume a centralidade da escolha, obnubilando as condições de escolha, ou seja, as tramas de precarização do trabalho, e invisibilizando as armadilhas da construção dos gostos e das necessidades. Por vezes, para consumir é preciso que todos os outros fatores que o constituem sejam construídos no lugar do que é melhor: torna-se melhor ser pobre na cidade do que no campo.

Os jovens que migram/migraram para Florianópolis/SC, desde 1996 moram no bairro de Monte Cristo, o lugar que os acolheu. O Monte Cristo é o 7º maior bairro de Santa Catarina, com 12.634 (IBGE/2010) e situa-se na área periférica da cidade.

A pesquisa nos conduz a pensarmos por alguns momentos sobre o princípio educativo do trabalho e sua relação com a formação humana. Eles apontam que saíram à procura de trabalho. Contudo, saíram à procura de uma forma da relação trabalho – o trabalho industrial (e suas variações) na sociedade capitalista – em que a apropriação de horas de trabalho é arrefecida pelo não reconhecimento de suas próprias condições. Assim, alienação é central para que não haja a percepção da exploração. Falamos de trabalho, em sua forma de emprego, que separa o trabalhador daquilo que ele produz e produz ‘estranhamentos’ (MARX, 1975). Estranha-se desde o próprio trabalho, o objeto e a si, deformando o reconhecimento do processo de produção como aquele que produz a vida. O trabalho capitalista negativa o próprio trabalho como princípio produtivo e educativo. Mas, se migram à procura de trabalho, como forma de manutenção da vida, além da negatividade que isto possa nos apresentar apressadamente, podemos pensar que não temos aí somente uma dimensão negativa. Vejamos:

Na construção da sociedade, cabe interiorizar desde a infância o fato de que todo ser humano, enquanto ser da natureza e, ao mesmo tempo, distinto dela, não pode prescindir de, por sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retirar da natureza seus meios de vida. A afirmação remete à produção do ser humano como um ser da natureza, mas também como produto da sociedade e da cultura de seu tempo. (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2012 pag. 751 in CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO e FRIGOTO, (orgs))

Ou seja, é fundamental pensarmos que independente das formas sociais do trabalho, ele diferencia o agir humano produzindo as experimentações políticas diferentes que movem a história dos povos e nos faz humanos, inclusive quando nos impulsiona a produzir coletivamente e aprendermos com a experiência política de transformação uns dos outros. No entanto, esta trajetória e/ou este processo formador do trabalho precisa ser politicamente problematizado e distinguido em suas diferentes formas e apropriações, sendo esta a possibilidade de desvelar a alienação e positivar a ação do trabalho. Trata-se de estratégia política e não de consequência histórica voluntária. O movimento é que constrói a consciência positiva do trabalho e seu caráter educativo. Os jovens buscam emprego,

alegando ser este um dos principais motivos que os levam/levaram da Comunidade de Maria Preta à Florianópolis/SC. A Educação do Campo precisa assim problematizar como estes jovens estão produzindo suas existências, compondo suas vidas, por meio da discussão da própria exploração do trabalho e suas ligações íntimas e inseparáveis com a cultura – sendo esta o conjunto das experimentações políticas humanas. O caráter fundante do ser social do trabalho precisa ser estrategicamente debatido pela distinção dos princípios pedagógicos que o orienta e pela radical reformulação histórica destes princípios, conforme as condições materiais da própria história.

O trabalho resulta em uma indissociável unidade dos aspectos “manuais e intelectuais” que envolve concomitantemente o “exercício dos membros das mãos e do exercício mental e intelectual” (SAVIANI, 1989 apud CIAVATTA; FRIGOTO, 2012, p. 752). É através do trabalho, em relação direta com a natureza, que o homem, único animal que planeja ação ou até mesmo seus resultados, foi inserido em um universo de sociabilidade, historicidade e humanização.

Contraditoriamente, as determinações históricas explicam que o mesmo trabalho que humaniza o homem, que qualifica os meios de produção através de uma relação de transformação mútua homem e natureza, tem provocado a desumanização do homem. A explicação para esta contradição encontra-se nos processos e determinações históricas que transformaram os meios de produção da existência nas bases de produção que fundamentam a sociedade capitalista.

Quando questionados sobre a possibilidade de trabalhar no campo, disserem ser uma atividade que quase não existe mais na comunidade, apenas os mais velhos ainda insistem.

Júnior: Aí eu já não sei (risos). Antes as pessoas viviam da roça, mas hoje em dia, o povo tem até vergonha de trabalhar na roça, eu mesmo, lá em casa ninguém planta nada, tem roça, mas não planta. Meu pai começou ir pra Salvador cedo ele não ensinou a gente a trabalhar, valorizar a roça. Da minha família só quem planta é a minha vó, somente.

Para Zogo (2013, p. 15), “para apreender a problemática do êxodo dos jovens na atualidade é preciso considerar aspectos micro e macrosociais da realidade e uma análise que leve em conta as transformações sociais no campo e as relação com a sociedade mais ampla”.

Não se trata de uma imagem de jovens que tem perdido o interesse pelo campo, mas de um coletivo pressionado por crises e mudanças no cenário do campo, para o qual a Educação do Campo, enquanto um projeto que luta pela reforma agrária, debate e defende as relações humanas de trabalho e o acesso ao conhecimento. Ter os povos do campo como atores políticos desta luta é uma questão estratégica e necessária para se discutir o campo brasileiro. Não se trata também de desconsiderar a perda de interesse pelo campo na forma social que o trabalho no campo se apresenta na sociedade capitalista. Daí a necessidade de ação política da escola do campo para a problematização dos princípios.

Deste modo, partindo do lugar em que esta pesquisa foi realizada, Comunidade de Maria Preta/Teofilândia-Bahia, onde os jovens não estão vinculados a movimentos e/ou organizações de luta pela terra, que deflagra um debate ofensivo de um projeto societário com base na justiça social, mas que organizam suas vidas em torno da busca por sobrevivência através do trabalho nos grandes centros urbanos, como a Educação do Campo, enquanto um projeto comprometido com o espaço campestre tem buscado inseri-los no debate?

A nossa pesquisa aponta por meio dos relatos de outras intersecções que valoram a ida para os centros urbanos, como a assunção à uma sexualidade marginalizada no campo para uns ou uma vida sexual ativa assumida, para outros. Estes fatores, embora não apareçam como centrais nas declarações estão a todo tempo fortalecendo a contingente escolha pela ‘cidade grande’. No mínimo isto nos avisa que as condições para uma vivência positiva da sexualidade em todas as suas formas, é cerceada no campo, podendo ser fator de grande influência na decisão dos jovens. Os casamentos “não formais” contextualiza este debate.

Eles falam de suas vidas, dos motivos de suas idas e vindas, das ofertas e oportunidades no campo e questionam a ausência de espaços juvenis, de políticas públicas e de vida na zona rural. Acreditamos que esta pesquisa complexifica o conceito do projeto de Educação do Campo, pois questiona a ausência destes sujeitos. Portanto, afirmamos a necessidade de fortalecer o debate em torno da vida no campo, em especial da juventude, visto que são pessoas que têm reproduzido a história de precarização de vida no campo.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

“*A gente vai pra onde?*” (*Depoimento de Ricardo no Registro Fílmico*). A incerteza tornea os planos de vida dos jovens da comunidade Maria Preta, ou seja, é possível se discutir projetos de vida com aqueles que não tiveram oportunidade de escolhas? Em que medida ir para Florianópolis é construir perspectivas futuras? E assim, a comunidade de Maria Preta e o município de Teofilândia/BA vêm sendo esvaziado por este processo migratório. Segundo os jovens participantes desta pesquisa, somente em janeiro de 2015, saíram quatro ônibus para Florianópolis/SC.

O município de Teofilândia, início de 2015, tem enfrentado dificuldades no que concerne ao fechamento das escolas do campo. Ajustado por uma portaria de matrícula nº 57, publicada em 15 de dezembro de 2014, as escolas do campo que não apresentarem matrículas de 60 estudantes ficam sob avaliação da secretaria de educação, que pode remover estes estudantes para as comunidades mais próximas. Este fato tem movimentado mobilizações, reuniões com os gestores públicos municipais em todo o município, além de denúncias à promotoria pública.

A secretaria de educação, mediante a necessidade de construir justificativas, tem procurado justificar a diminuição do número de matrículas, a partir da evasão escolar que supostamente, ancora-se no intenso processo migratório das famílias para Santa Catarina. Esta pesquisa, mesmo em andamento, tem sido referência para discutir quais são os jovens que migram e quais estão fora da escola. Estes dados servirão como suporte para a elaboração de estratégias e políticas municipais para o fortalecimento das escolas do campo.

Correspondendo com o anseio da comunidade, frente à elaboração do Registro Fílmico, realizaremos a sua exibição em três de abril de 2015, em parceria com o “Cineco Itinerante”. Este é um projeto da Biblioteca Municipal que objetiva o acesso à comunidade ao cinema. Será disponibilizada toda logística da infraestrutura (telão, toldos e cadeiras) para garantir conformo à comunidade.

Ao longo desta pesquisa, buscamos investigar os motivos que tem levado os jovens da Comunidade de Maria Preta, Teofilândia/Bahia, a migrarem para Florianópolis/SC, discutindo a partir das seguintes questões norteadoras: O que tem motivado os jovens da Comunidade de Maria Preta a migrarem para Florianópolis/ Santa Catarina? Quais são as expectativas destes

jovens frente a esta migração? Os Jovens da Comunidade de Maria Preta apresentam interesse para o trabalho no campo e ou questões identificadas como as do povo campestre? Quais são as condições de vida enfrentadas por estes jovens em Florianópolis/Santa Catarina? Estes pretendem voltar para a comunidade?

Não são com respostas fáceis que poderemos alcançar resultados que projetam intervenções e políticas necessárias e urgentes que possam preparar a juventude para a vida de forma mais humana e saudável. É um dos maiores desafios posto por esta pesquisa e que deve ser superado, não apenas teoricamente, mas na prática. Este debate não se esgota aqui!

Os jovens da Comunidade da Maria Preta vivem em um dilema constate: “ficar ou sair”. “Ficar” pode significar a permanência em um campo que não lhes oferece condições para o trabalho, da forma como eles entendem que deveria ser o trabalho. “Sair” pode significar o acesso a uma forma social do trabalho e a pouca qualidade de vida, se sujeitando às moradias indignas (casas de madeiras, com vinte pessoas), se lançando a uma rotina de trabalho ainda ao raiar do dia (cinco horas da manhã), além do distanciamento das famílias, fator que tem provocado o retorno à comunidade, tanto em período de férias, quanto o regresso definitivo à comunidade.

Os depoimentos mostram que há uma busca por um trabalho satisfatório, que supere as necessidades dos sujeitos no plano financeiro, que garanta não somente a sustentação das condições básicas para viver em Florianópolis, mas contribuía com as daqueles que ficaram, reiterado nas falas dos jovens que apontam a relevância do trabalho como parte importante na vida social e de autonomia financeira, elemento constituinte da identidade do ser jovem.

É possível identificar aí uma lacuna no projeto político da Educação do Campo que não tem problematizado adequadamente os princípios educativos do trabalho e, portanto, impossibilita a discussão juvenil sobre as formas sociais do trabalho e as fraturas que estas produzem no pertencimento comunitário (e de classe) e na autonomia humana. Ora, enquanto os aparentes valores desenvolvidos pelo consumo estiverem relacionados ao trabalho urbano e/ou este for o espaço valorizado para a sociabilidade juvenil, o trabalho nos centros será mais aprazível que as condições sociais no campo. A dicotomia entre campo atrasado e centro desenvolvido sustenta-se na ausência da discussão da generalização do trabalho capitalista como forma de sociabilidade alienada-estranhada, seja no campo, seja na cidade. A não compreensão da função da terra e da indústria no capitalismo, especialmente no capitalismo brasileiro, marcado por acordos conservadores, faz com que os jovens optem por aquilo que

se lhes apresenta como ‘menos pior’. Trata-se de opção na contingência, portanto em condições totalmente degradadas politicamente para construção da opinião e da escolha. A pergunta assim é: por que ainda assim preferem os centros urbanos?

Apesar dos jovens compreenderem a migração enquanto um elemento de integração à outras culturas, que os tornam sujeitos híbridos, possibilita o acesso a outras formas de viver, de se expressar, de vestir, outras músicas, a pesquisa aponta que a busca por condições financeira para a manutenção da vida é central e que justifica a migração para Florianópolis/SC desde a sua origem. Neste contexto, compreendemos que as difíceis condições de trabalho no campo ou o acesso à ele, tem levado os jovens da comunidade de Maria Preta/Teofilândia, Ba, a migrarem para Florianópolis/SC, lugar que ao longo dos catorze anos, tem apresentado possibilidades de inserção no trabalho

Os jovens apontam o trabalho como alternativa de permanência e/ou retorno dos que já migraram. Porém, dentro das atividades citadas o trabalho na agricultura ou atividade similares ao campo não foram citadas. Falam da pouca valorização destas atividades e justificam que a migração dos pais muito cedo, levou-os a não construir interesse pelo campo. Neste contexto, afirmamos que não se trata de uma imagem de jovens que tem perdido o interesse pelo campo, mas de um coletivo pressionado por crises e mudanças no cenário do campo, para o qual a Educação do Campo, enquanto um projeto que luta pela reforma agrária, debate e defende as relações humanas de trabalho e o acesso ao conhecimento, precisa ficar atenta. Ter os povos do campo como atores políticos desta luta é uma questão estratégica e necessária para se discutir o campo brasileiro.

Outros elementos aparecem como resultado deste trabalho. Podemos destacar o consumo. Trata-se de pensar como as condições do processo de migração são construídas a partir de uma perspectiva de valores que tem o consumo como fator importante. Ou seja, o desejo de consumir produtos do mercado juvenil já é desenvolvido antes mesmo da partida, o que nos indica que este é um ponto sobre o qual a Educação do Campo deve inferir. O direito ao consumo é básico para qualquer população, mas qual consumo?

As falas dos jovens apresentam outras demandas de caráter identitário como as raciais e atinentes à sexualidade. Jovens também querem distinguir-se pelas suas diferenças, ainda que a assunção à identidade racial ou de gênero seja uma construção política e não uma concessão natural. Nos seus discursos falam de casamentos informais, falam de preconceito racial e demonstram o não reconhecimento de sua marca racial, ainda que sejam

eminentemente pretos. Isto nos indica a pouca problematização destas características da classe, especialmente no interior baiano e um desafio à Educação do Campo; qual seja classe concretamente constituída pela diferença, que a destitui de seu caráter abstrato.

Jovens procuram e interessam-se pelo movimento, pela construção e pelos grupos, independente de seu caráter. Compete à Educação do Campo oferecer-lhes, naquilo que é de sua competência, alternativas de organização e aprendizado. Isto não será feito se as experiências de migração destes jovens forem desprezadas e delas não puder ser extraído princípios educativos. O debate de políticas para juventude precisa ser norteado pelo desejo dos jovens e pelo desenvolvimento de valores coletivos: isto comporta afirmação do caráter positivo das experiências. A escola pode ser este espaço.

O Registro Fílmico não tem a intenção de oferecer respostas. Seu roteiro indica arestas e pistas para as perguntas que nortearão respostas dos sujeitos que formam-se nos processos de luta. Ele toma os depoimentos como o início de um debate que deve ser feito ‘para fora’ do vídeo, para depois dele, onde os que irão escrevê-lo serão estes, cujos interesses devem estar problematizados na Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo. **Modernização da Agricultura**. In: Dicionário da Educação do Campo. Orgs. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 477-481, 2012.
- ANDRÉ, Marli E. D. A; LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: **abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: **ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BERTHOUD, C. M. E. “**Grupos focais**” como método qualitativo em Psicologia: desafios e perspectivas no ensino e utilização do método. Psicologia Revista. São Paulo. v. 13, n. 1, p. 41-58. maio, 2004.
- BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produto e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília, 2004.
- CARNEIRO, M.I E CASTRO, E. G.(Org) Juventude em Perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- ARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- CASTRO, Josué de, **Geografia da forme**: o lema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho como princípio educativo**. In: Dicionário da Educação do Campo. Orgs. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 748-755, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 2000 (Acessado de <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>> Acessado em 03/08/2014)
- FIORIN, Névio; LESBAUPIN, Ivo; RIBEIRO, Lúcia. **Revisitando as CEBS: um estudo no Rio de Janeiro e em Minas Gerais**. Publicado em Religião e Sociedade. Volume 24, Rio de Janeiro: ISER, 2004.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do Campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIN, Antônio. et al (org.). **Educação do Campo: Reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.
- _____. Juventude, trabalho e educação no Brasil: **perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAIS, Regina; VANNCCI, Paulo (Orgs.) Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p. 180- 216.
- LOMBARDI, J.C; SAVIANI, d; SANFELICE, J.L.. **Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas**. SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

MAURÉS, Raymundo Heraldo. **Comunidades “no sentido social da evangelização”:**CEBS, **Camponeses e Quilombolas na Amazônia oriental brasileira.** Publicado em Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 2010.

MENEZES, Marilda Aparecida de. STROPASOLAS, Valmir Luiz. BARCELOOS, Sérgio Botton (ogs)Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília : Presidência da República, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ:vozes,2007.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma educação do campo, n. 5).

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar** In: Dicionário da Educação do Campo. Orgs. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p.32 – 40, 2012.

PADRO JR, Caio. **Formação do Povo Brasileiro:** colônia. São Paulo: Companhia de letras, 2011.

PINTO, Maria Novais. **Contribuições do estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no estado da Bahia.** S.L, S.N, 1968.

QUEIROZ, Sicleide Gonçalves. **Jovens do campo baiano:** o lugar da escolarização e do trabalho nas trajetórias e projetos futuros. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe/SJ:2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do camponato.** Presidente Prudente/SP: Revista Nera. Ano 8, n. 6, p. 46-58, jan/jun. 2005.

RAMOS, Marise; ROLO, Márcio. **Conhecimento.** In: Dicionário da Educação do Campo. Orgs. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p.149-157, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: **primeiras aproximações.** Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, M. A. M. **Destinos e trajetórias de camponeses migrantes.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VIII, 1992. Anais... ABEP, v. 3, p. 161-77, 1992.

SPOSITO, M. P. (Coord.). O estado da arte sobre juventude na pósgraduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v.1-2.

STÉDILE, João Pedro. **Reforma Agrária.** In: Dicionário da Educação do Campo. Orgs. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 657- 673, 2012.

TEIXEIRA, Jodenir Carlixto. **Modernização da agricultura no Brasil:** impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Econômica da Associação dos Geógrafos Brasileiros –Seção Três Lagos – MS. V 2, nº 2 – ano 2, setembro de 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: **a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2012.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A Educação do Campo na perspectiva do materialismo histórico – dialético**. In: Educação do Campo e Pesquisa II. Org: MOLINA, Mônica Castagna. Brasília: MDA/MEC, 2010.

WEISHEIMER, Nilson. Juventudes rurais: **mapas de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MARX, Karl. O trabalho alienado in **Manuscritos Económico Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1975, p. 157-172.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. **O movimento dos trabalhadores mutilados da Região Sisaleira na Bahia**. Revista Trilha da História, Três Lagoas, v.3, nº 5 jul-dez, 2013. p. 58-71

LINKS.

<http://www.incra.gov.br/>

<http://www.mda.gov.br/>

<http://www.seplan.ba.gov.br/>

APÊNDICE

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

Dia: 26 de junho

Horário: 9 horas da manhã.

Local: Escola Municipal Pregídio Pereira, Comunidade de Maria Preta.

PAINEL: “MINHAS IMPRESSÕES E EXPERIÊNCIAS”: Palavras, desenhos, imagens... que expressem: a chegada em Santa Catarina... desafios... facilidades... relatos de atitudes, acontecimentos que provocaram estranhamentos por parte dos/as meninos/as... as expectativas anteriores à viagem e as depois da viagem, o pensam os que não viajam, entre outros.

RODA DE PROSA: Numa caixa colocar as palavras: “NEGRO”, “DROGAS”, “MIGRAÇÃO”, “ESCOLA”, “TRABALHO”, “CULTURA”, espontaneamente os participantes vão abrindo a caixinha, extraindo palavra e reflete o sentido ou um fato, o que lembra?

POTENCIALIZAÇÃO DA RODA DE PROSA:

Inferências necessárias, caso não apareçam na prosa:

- Como que os/as meninos/as jovens são recepcionados quando voltam à comunidade de Maria Preta pelos familiares e a comunidade?
- Os/as meninos/as que ficam na comunidade qual a imagem construída destes/as que chegam de Santa Catarina?
- De que forma os que vão para Santa Catarina negociam ou se adaptam às novas formas de viver?
- Ser morador do campo ou vindo do campo causa alguns estranhamento das pessoas estrangeiras (Santa Catarina, cidades,...) por onde vocês andaram?
- Existem elementos da cultura local que o grupo tem como referência importante na vida?

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

BLOCO 01: COMUNIDADE DE MARIA PRETA

O que é pra você morar na Comunidade de Maria Preta?

O que precisa ter em Maria Preta para que você não precisa viajar para Santa Catarina?

BLOCO 02: JUVENTUDE

O que ser jovem?

Você enfrenta alguma dificuldade por ser jovem?

O que marca pra você a passagem da juventude para a fase adulta?

BLOCO 03: TRABALHO

Qual foi o seu primeiro trabalho em Santa Catarina?

Exigiu algum nível de escolaridade exigido?

O que mudou em sua vida depois que começou a trabalhar?

Qual a média do seu salário por mês?

Você voltaria a morar em Maria Preta?

Fale um pouco como é a sua vida em Santa Catarina.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada, “ **ASA BRANCA, O VOO QUE NÃO SE ACABA: a migração de jovens da Comunidade de Maria Preta/Teofilândia-Ba e os desafios para a Educação do Campo**”, desenvolvida por **Selidalva Gonçalves de Queiroz**, contato pelo telefone (75) 92242251 e/ou email sely_iza@hotmail.com, através do Núcleo de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB.

Fui informado/a de que a pesquisa é orientada pela Prof^a Dr^a **Ana Cristina Nascimento Givigi**, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone 75- 91668869 ou pelo email kikigivigi883@hotmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado/ dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo que, em linhas gerais compreender a historicidade do intenso processo migratório, dos jovens da comunidade Maria Preta, Teofilândia/Bahia para Santa Catarina e as alterações culturais que tangem/perpassam o pertencimento ao campo ocorridas dentro da comunidade a partir desta migração.

Fui também esclarecido/a de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética (CONEP) do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de grupo focal e de entrevista semiestruturada a serem gravadas a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou sua orientadora.

Fui ainda informado/a de que posso retirar-me desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para o meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)

Teofilândia/BA, 23 de junho de 2013.

Assinatura do/ participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Assinatura do/a testemunha: _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, CPF _____,
RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, da pesquisadora **Selidalva Gonçalves de Queiroz** com a orientação da **Profª Drª Ana Cristina do Nascimento Givigi**, no projeto de pesquisa intitulado “ **ASA BRANCA, O VOO QUE NÃO SE ACABA: a migração de jovens da Comunidade de Maria Preta/Teofilândia-Ba e os desafios para a Educação do Campo**”, a realizar as fotos e filmagens que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, ao mesmo tempo, libero a utilização de meus depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisa, acima especificada.

Teofilândia, 31 de outubro de 2014.

Pesquisadora responsável pelo projeto: _____

Participante da pesquisa: _____

ROTEIRO SIMPLIFICADO DO DOCUMENTÁRIO

1ª CENA:

- Imagens dos jovens entrando no ônibus;

2ª CENA:

- Chegada na Comunidade de Maria Preta;
- Cotação da história da comunidade de Maria Preta a partir de entrevistas com Dona Helena, Rita e Antônio;
- Ao logo das falas apresentar imagens/fotografias de Senhor Pregídio e das festas populares que aconteciam na comunidade.

3ª CENA:

- Migração: depoimento da origem da migração: depoimento do jovem Feliciano Pereira.

4ª CENA:

- Depoimento dos jovens que já foram para Florianópolis/SC;

5ª CENA:

- Imagens dos jovens migrando, sob a locução do locutor da Rádio Comunitária Pedraza FM Jango Silva.